

CADERNO DE RESUMOS

**XVI SEMINÁRIO DE PESQUISA
NA PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
DA UFSCAR**

4, 5 e 6 de julho de 2022



[organizadores]

Fabrcio Rodrigues Pizelli

Giovanna Braz

Luiz Felipe Sousa Santana

Mateus Lima dos Santos

Rafael Lopes do Valle

Samuel Estevão Vieira da Silva

CADERNO DE RESUMOS

XVI SEMINÁRIO DE PESQUISA NA PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA DA UFSCAR

1º edição

São Carlos

Comissão de Publicações Institucionais Oficiais - CPOI

2022

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

Reitora

Prof.^a Dr.^a Ana Beatriz de Oliveira

Pró-Reitoria de Pesquisa

Prof. Dr. Ernesto Chaves Pereira de Souza

Pró-Reitoria de Pós-Graduação

Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins

Centro de Educação e Ciências Humanas

Prof.^a Dr.^a Ana Cristina Juvenal da Cruz (Diretora)

Programa de Pós-Graduação em Filosofia

Prof.^a Dr.^a Ana Carolina Soliva Soria (Coord.)

Comissão organizadora

Fabício Rodrigues Pizelli

Giovanna Braz

Luiz Felipe Sousa Santana

Mateus Lima dos Santos

Rafael Lopes do Valle

Samuel Estevão Vieira da Silva

Apoio

UFSCar

Projeto gráfico e diagramação

Rafael Lopes do Valle

São Carlos, 2022



Sumário

CONFERÊNCIAS	10
MESAS	12
RESUMOS	19
A filosofia sem coleira: uma leitura da atitude cínica no pensamento de Michel Foucault Adam William Italiano	20
O corpo na fenomenologia existencial de Heidegger Agnes Rafaela Moura de Oliveira	21
Deleuze e seu Outro Alisson Ramos de Souza	22
Distinção entre o método da matemática e da filosofia no período pré-crítico de Kant: considerações sobre a <i>Investigação</i> de 1764 Ana Letícia Arelaro	23
Notas sobre a questão da persuasão em Hannah Arendt Ana Lúcia Feliciano	24
O conceito de existência segundo Ricardo de São Vítor em <i>De Trinitate</i>, IV, 12-14 André Botelho Scholz	25
Relações de poder em Michel Foucault: uma ação sobre a ação Antonio José Carlos da Silva	26
O jovem Marx e o prejuízo do <i>universal</i> Bruno Fernandes	27
O limite e o ilimitado: entre Lévi-Strauss e Deleuze Caio Whitaker Tosato	28
Platão e a escravidão: uma recusa velada? Carlos Augusto de Oliveira Carvalhar	29
Imaginação e profecia em Espinosa Carlos Bezerra de Lima Júnior	30
A quasi-memória e a objeção da circularidade à teoria da memória Carolina de Almeida Wainstein	31
Voz universal, <i>sensus communis</i> e a universalidade da experiência estética na <i>Crítica da faculdade de julgar</i> Carolina Miranda Sena	32
As funções inextricáveis do ver-falar propostas por Hanson Christian Monteiro Cruz	33
Máquinas que sabem ler e escrever: as implicações éticas do uso da inteligência artificial para produção de textos Clara Augusta d'Amaral Savelli	34

<i>Begriffsdichtung</i>: a concepção da metafísica como poesia conceitual e sua repercussão no ideário do positivismo lógico	
Daniel Temp	35
Sobre a alma e o corpo: proximidades nos pensamentos de Tomás de Aquino e Henri Bergson	
Edson Gonçalves da Silva	36
Os filósofos intuem melhor que os leigos? Avaliando a Defesa da Expertise à luz da Filosofia Experimental e das Ciências Cognitivas	
Elan Moises Marinho da Silva	37
O espanto contra o choque: experiência no horizonte	
Elias Francisco Fontele Dourado	38
Aspectos da biopolítica: domínio e intervenção sobre a vida	
Elinalva Pinto de Carvalho	39
Liberdade e Alteridade na fenomenologia existencial de Frantz Fanon e Simone de Beauvoir	
Eloísa Benvenuti de Andrade	40
O Conceito de Ego em Sartre	
Fábio da Silva Santos	41
As bases hegelianas para a intersubjetividade em Sartre	
Fabício Rodrigues Pizelli	42
De punição à penitência: o caráter ético do trabalho no pensamento de Locke	
Flavio Gabriel Capinzaiki Ottonicar	43
Entre a Natureza e a Humanidade: O estatuto da arte em Albert Camus	
Gabriel Leva	44
O debate acerca da conciliabilidade entre a mente estendida e o enativismo	
Gabriel Moreira Francisco	45
A perfeição das espécies na hierarquia das substâncias separadas: Tomás de Aquino, ST I q. 55 art. 3	
Gabriel Pedreira de Freitas Catapano	46
A Doutrina da Essência na lógica de Hegel	
Gabriel Rodrigues da Silva	47
Sobre a noção de Temporalidade em Albert Camus	
Gabriel Villatore Bigardi	48
As duas acepções de política na filosofia de Aristóteles	
Giácomo Fioritti Leandro	49
Discurso ou êxtase? Sobre os limites do conhecimento humano em Platão	
Giovanna Braz	50
O conteúdo “secreto” de <i>A ideologia alemã</i>	
Gisele Zanola Carvalho	51

As formas da vontade de verdade em Foucault	
Gláucia Silva do Nascimento	52
O primeiro esboço da fenomenologia de Husserl	
Guilherme Felipe Carvalho	53
Sobre a possibilidade de conhecimento do real por meio da arte: algumas mudanças da mecânica quântica e da relativista à mecânica clássica	
Hugo Leonardo de Quadros e Tonon	54
Nietzsche e a genealogia biográfica dos pensamentos de <i>Humano, demasiado humano</i>	
Igor Alves de Melo	55
Perspectiva eticista da justiça redistributiva em Kant	
Indalécio Robson Paulo Pereira Alves da Rocha	56
O conhecimento como um estado cognitivo-informacional na abordagem de Dretske	
Isabele Vieira Salsmam	57
A correspondência entre a relação eu-outro das <i>Meditações Cartesianas</i> e a relação mundo-natal-mundo-estrangeiro dos manuscritos de 1929-1933 (Hua XV)	
Israel Rossi Milhomem	58
Elementos Fundamentais do Estruturalismo e Pós-Estruturalismo	
Ítalo Nascimento	59
Uma confrontação entre Hegel e Heidegger: um entendimento sobre a modernidade	
João Gabriel Gomes Paixão	60
<i>Fake news</i> como dispositivo discursivo-narrativo: retomando um estudo de caso de Lyotard	
Jonas Mur	61
Interpretando obras de ficção: uma abordagem enativista-ecológica	
José Carlos Camillo Castro Neto	62
Entre a obrigação e o esquecimento, um olhar ateniense sobre a Guerra Civil	
José Eduardo Pimentel Filho	63
Sobre as condições de cientificidade da teologia segundo Ockham	
Júlia Rodrigues Molinari	64
Saci-pererê necessariamente existe? A relevância dos contra-argumentos ontológicos à versão modal de Alvin Plantinga	
Leandro Alves da Silva	65
A “medicalização da loucura”: Um embarque à deriva da Nau dos Loucos	
Leticia Lages Assunção	66
Considerações sobre a Economia Política em <i>Les mots et les choses</i>	
Lívia Francisco Arantes de Souza	67
Heidegger e a compreensão ontológica da linguagem	
Lucas Rafael Justino de Moraes	68

Breves notas sobre meio ambiente e tecnologia na filosofia prática de Gerd Bornheim	
Lucas Taufer	69
Os Proêmios nas <i>Leis</i> de Platão e a Obediência às leis	
Luciana Valesca Fabião Chachá	70
Autenticidade em Kierkegaard como Superação da Heteronomia	
Lucidio Conzatti Junior	71
A teologia hobbesiana e a tradição subterrânea de Althusser	
Luiz Felipe Sousa Santana	72
A metafísica descritiva de Strawson: um estudo sobre análise gramatical	
Lyon Alves	73
Algumas notas sobre a <i>síntese transcendental por meros conceitos</i> do método da filosofia crítica de Kant	
Marcelo Aparecido Vieira	74
Do antagonismo entre o Governo e o Soberano no <i>Contrato Social</i> de Jean-Jacques Rousseau	
Marcelo Ferreira Junior	75
Inconsciente Estético, Poder Simbólico e Capitalismo Artista	
Márcio Marques de Carvalho	76
Técnica e Experiência: notas sobre a retórica no <i>Górgias</i> (462b-465d)	
Marcos Tadeu Neira Miranda	77
O tempo da consciência na filosofia bergsoniana: reflexões sobre a memória como legitimadora do fluxo da vida interior no pensar literário	
Maria Ester Martins Silva	78
Honra, cavalaria e duelo: a polidez nas maneiras do cavalheiro britânico	
Mariana Dias Pinheiro Santos	79
Sobre as concepções de história em Nietzsche e Heidegger para a potencialização da existência: um avanço para o início	
Marianne Conceição de Souza Girard	80
Presença, ausência e memória no <i>Banquete</i> de Platão	
Mateus Lima dos Santos	81
Da pós-verdade à virada ontológica: sobre o <i>passo em falso</i> do Realismo Especulativo	
Matheus Barbosa Rodrigues	82
Freud e o desamparo: uma análise a partir das primeiras publicações psicanalíticas	
Micaela Arisa Washimi	83
Alternativas ao problema do Absurdo em Albert Camus: suicídio físico, suicídio filosófico e revolta	
Michelle Ferreira de Lima	84
A filosofia-cinema de Deleuze: a criação de novos modos de existência	
Natália Santos de Jesus	85

Dever de assistência e concentração de vacinas contra COVID-19 pelos países ricos: análise à luz do direito dos povos	
Nelson de Lima Damião	86
Reinterpretações das interpretações das Escrituras: uma releitura a partir da desconstrução	
Patrícia de Araújo Costa	87
Há uma dedução subjetiva das ideias transcendentais na Dialética transcendental da Crítica da razão pura?	
Patrícia Fernandes da Cruz	88
A Recepção Controversa de Amy Allen e Robin Celikates da Releitura Habermasiana da Psicanálise de Freud	
Paula Mariana Rech	89
O papel da crítica da linguagem de Fritz Mauthner nas duas fases do pensamento Wittgensteiniano	
Paulo César Oliveira Vasconcelos	90
O lugar da consideração das Ideias Platônicas no argumento geral da obra <i>O mundo como vontade e representação</i>, de Schopenhauer	
Pedro Damasceno Uchôas	91
Gregório Gruber: pintor da vida moderna	
Rafael Lopes do Valle	92
Nuanças do Romantismo biológico no pensamento do jovem Nietzsche	
Rafael Hyertquist Bordini	93
Entre <i>La Dissémination</i> e <i>La parole muette</i>: um diálogo entre Jacques Derrida e Jacques Rancière ao redor do Fedro, de Platão.	
Renan Ferreira da Silva	94
Resistências profanas da geração que vem frente aos dispositivos midiáticos que agem para governamentalizar a vida da criança	
Renata Adrian Ribeiro Santos Ramos	95
Aristóteles e o engano na argumentação	
Rodrigo Sponchiado Uemura	96
A posição da consciência entre a quantidade e a qualidade no <i>Projeto de uma Psicologia</i> de Freud	
Samuel Estevão Vieira da Silva	97
Nietzsche e o teatro: os apontamentos, peças e a atualidade teatral presentes em <i>O Nascimento da Tragédia</i>	
Sergio Carvalho da Fonseca	98
Intersubjetividade na obra <i>O ser e o Nada</i>	
Siloe Cristina do Nascimento Erculino	99
Husserl e a Possibilidade de uma Fenomenologia Asubjetiva	
Tayrone Barbosa Justino Alves	100

O problema da atenção à vida no pensamento de Bergson: a conversão da atenção, tornar a percepção em intuição	
Warley Kelber Gusmão de Andrade	101
Algumas observações sobre Bergson e Winnicott	
Yago Antonio de Oliveira Morais	102

CONFERÊNCIAS

CONFERÊNCIAS

SEGUNDA-FEIRA [04/07] [19h]

Reverendo a história da filosofia brasileira do século XIX

Prof. Dr. Paulo Margutti [FAJE-MG]

TERÇA-FEIRA [05/07] [19h]

150 anos de *O nascimento da Tragédia*, de Nietzsche

Prof. Dr. Wander Andrade de Paula [UFES]

QUARTA-FEIRA [06/07] [19h]

Transcendência e Cognição em Platão

Prof. Dr. Renato Matoso Brandão [PUC-RJ]

MESAS

SEGUNDA-FEIRA [04/07] MANHÃ [8:30h às 12:30h]

MESA I

Os Proêmios nas *Leis* de Platão e a Obediência às leis

Luciana Valesca Fabião Cháchá

Presença, ausência e memória no *Banquete* de Platão

Mateus Lima dos Santos

Platão e a escravidão: uma recusa velada

Carlos Augusto de Oliveira Carvalhar

Discurso ou êxtase? Sobre os limites do conhecimento humano em Platão

Giovanna Braz

Técnica e Experiência: notas sobre a retórica no *Górgias* (462b-425d)

Marcos Tadeu Neira Miranda

Aristóteles e o engano na argumentação

Rodrigo Sponchiado Uemura

As duas acepções de política na filosofia de Aristóteles

Giácomo Fioritti Leandro

A influência das notícias falsificadas na emoção e na ação a partir da *Retórica* de Aristóteles

André Martin de Oliveira Franco

MESA II

O conceito de existência segundo Ricardo de São Vitor em *De Trinitate*, IV, 12-14

André Botelho Scholz

A perfeição das espécies na hierarquia das substâncias separadas: Thomás de Aquino, *ST I* q. 55 art. 3

Gabriel Pedreira de Freitas Catapano

Sobre as condições de cientificidade da teologia segundo Ockham

Júlia Rodrigues Molinari

Honra, cavalaria e duelo: a polidez nas maneiras do cavaleiro britânico

Mariana Dias Pinheiro Santos

A Teologia hobbesiana e a Tradição Subterrânea de Althusser

Luiz Felipe Sousa Santana

Imaginação e profecia em Espinosa

Carlos Bezerra de Lima Júnior

De punição à penitência: o caráter ético do trabalho no pensamento de Locke

Flavio Gabriel Capinzaiki Ottonicar

Do antagonismo entre o Governo e o Soberano no *Contrato Social* de Jean-Jacques Rousseau

Marcelo Ferreira Junior

SEGUNDA-FEIRA [04/07]

TARDE [14:00h às 18h:00]

MESA III

Algumas notas sobre a *síntese transcendental por meros conceitos* do método da filosofia crítica de Kant

Marcelo Aparecido Vieira

Voz universal, *sensus communis* e a universalidade da experiência estética na *Crítica da Faculdade de julgar*

Carolina Miranda Sena

Perspectiva eticista da justiça redistributiva em Kant

Indalécio Robson Paulo Pereira Alves da Rocha

Há uma dedução subjetiva das ideias transcendentais na Dialética transcendental da *Crítica da razão Pura*?

Patrícia Fernandes da Cruz

Distinção entre o método da matemática e da filosofia no período pré-crítico de Kant: considerações sobre a *Investigação* de 1764

Ana Letícia Arelaro

***Begriffsdichtung*: a concepção da metafísica como poesia conceitual e sua repercussão no ideário do positivismo lógico**

Daniel Temp

O lugar das considerações das Ideias Platônicas no argumento geral da obra *O mundo como vontade e representação* de Schopenhauer

Pedro Damasceno Uchôas

Autenticidade em Kierkegaard como superação da heteronomia

Lucidio Conzatti Junior

MESA IV

O jovem Marx e o prejuízo do universal

Bruno Fernandes

O conteúdo "secreto" de *A ideologia alemã*

Gisele Zanola Carvalho

Inconsciente Estético, Poder Simbólico e Capitalismo Artista

Márcio Marques de Carvalho

Resistências profanas da geração que vem frente aos dispositivos midiáticos que agem para governamentalizar a vida da criança

Renata Adrian Ribeiro Santos Ramos

Entre a obrigação e o esquecimento, um olhar ateniense sobre a Guerra Civil

José Eduardo Pimentel Filho

Notas sobre a questão da persuasão em Hannah Arendt

Ana Lúcia Feliciano

***Fake News* como dispositivo discursivo-narrativo: retomando um estudo de caso de Lyotard**

Jonas Mur

TERÇA-FEIRA [05/07]

MANHÃ [8:30h às 12:30h]

MESA V

Dever de assistência e concentração de vacinas contra covid-19 pelos países ricos: análise à luz do direito dos povos

Nelson de Lima Damião

Da pós-verdade à virada ontológica: Sobre o passo em falso do Realismo Especulativo

Matheus Barbosa Rodrigues

Saci-pererê necessariamente existe? A relevância dos contra-argumentos ontológicos à versão modal de Alvin Plantinga

Leandro Alves da Silva

Máquinas que sabem ler e escrever: as implicações éticas do uso da inteligência artificial para produção de textos

Clara Augusta d'Amaral Savelli

O conhecimento como um estado cognitivo informacional na abordagem de Dretske

Isabele Vieira Salsmam

As funções inextricáveis do ver-falar proposta por Hanson

Christian Monteiro Cruz

MESA VI

Os filósofos intuem melhor que os leigos? Avaliando a Defesa da Expertise à luz da Filosofia Experimental e das Ciências Cognitivas

Elan Moises Marinho da Silva

Interpretando obras de ficção: uma abordagem entivista-ecológica

José Carlos Camilo Castro Neto

A Metafísica descritiva de Strawson: um estudo sobre análise gramatical

Lyon Alves

O papel da crítica da linguagem de Fritz Mauthner nas duas fases do pensamento Wittgensteiniano

Paulo César Oliveira Vasconcelos

Husserl e a possibilidade de uma fenomenologia Asubjectiva

Tayrone Barbosa Justino Alves

A correspondência entre a relação eu-outro das meditações cartesianas e a relação mundo-natal-mundo-estrangeiro dos manuscritos de 1929-1933 (Hua XV)

Israel Rossi Milhomem

O primeiro esboço da fenomenologia de Husserl

Guilherme Felipe Carvalho

TERÇA-FEIRA [05/07]

TARDE [14:00h às 18h:00]

MESA VII

Nuanças do Romantismo biológico no pensamento do jovem Nietzsche

Rafael Hyertquist Bordini

Nietzsche e o teatro: os apontamentos, peças e atualidade teatral presentes em *O nascimento da tragédia*

Sergio Carvalho da Fonseca

Nietzsche e a genealogia biográfica dos pensamentos de *Humano, demasiado humano*

Igor Alves de Melo

Sobre as concepções de história em Nietzsche e Heidegger para a potencialização da existência um avanço para o início

Marianne Conceição de Souza Girard

Heidegger e a compreensão ontológica da linguagem

Lucas Rafael Justino de Moraes

O corpo na fenomenologia existencial de Heidegger

Agnes Rafaela Moura de Oliveira

Uma confrontação entre Hegel e Heidegger: um entendimento sobre a modernidade

João Gabriel Gomes Paixão

A doutrina da essência na lógica de Hegel

Gabriel Rodrigues da Silva

MESA VIII

Freud e desamparo: uma análise a partir das primeiras publicações psicanalíticas

Micaela Arisa Washimi

A recepção controversa de Amy Allen e Robin Celikates da releitura habermasiana da psicanálise de Freud

Paula Mariana Rech

A posição da consciência entre a quantidade e a qualidade no *Projeto de uma Psicologia de Freud*

Samuel Estevão Vieira da Silva

Sobre a alma e o corpo: proximidades nos pensamentos de Tomás de Aquino e Henri Bergson

Edson Gonçalves da Silva

O tempo da consciência na filosofia bergsoniana: reflexões sobre a memória como legitimadora do fluxo da vida interior no pensar literário

Maria Ester Martins Silva (Ester Snitram)

Algumas observações sobre Bergson e Winnicott

Yago Antonio de Oliveira Moraes

A quase-memória e a objeção da circularidade à teoria da memória

Carolina de Almeida Wainstein

O problema da atenção à vida no pensamento de Bergson: a conversão da atenção, tornar a percepção em intuição

Warley Kelber Gusmão de Andrade

QUARTA-FEIRA [06/07] MANHÃ [8:30h às 12:30h]

MESA IX

Alternativas ao problema do Absurdo em Albert Camus: suicídio físico; suicídio filosófico e revolta

Michelle Ferreira de Lima

Sobre a noção de Temporalidade em Albert Camus

Gabriel Villatore Bigardi

Entre a Natureza e a Humanidade: O estatuto da arte em Albert Camus

Gabriel Leva

As bases hegelianas para a intersubjetividade em Sartre

Fabrcio Rodrigues Pizelli

A intersubjetividade na obra *O ser e o nada*

Siloe Cristina do Nascimento Erculino

O conceito de Ego em Sartre

Fábio da Silva Santos

Liberdade e Alteridade na fenomenologia existencial de Frantz Fanon e Simone de Beauvoir

Eloísa Benvenutti de Andrade

O espanto contra o choque: experiência no horizonte

Elias Francisco Fontele Dourado

MESA X

A “medicalização da loucura”: Um embarque à deriva da Nau dos Loucos

Leticia Lages Assunção

Relações de poder em Michel Foucault: uma ação sobre a ação

Antonio José Carlos da Silva

Considerações sobre a Economia Política em *Les mots et les choses*

Lívia Francisco Arantes de Souza

A filosofia sem coleira: uma leitura da atitude cínica no pensamento de Michel Foucault

Adam William Italiano

As formas da vontade de verdade em Foucault

Gláucia Silva do Nascimento

Aspectos da biopolítica: domínio e intervenção sobre a vida

Elinalva Pinto De Carvalho

Entre *La Dissémination* e *La parole muette*: um diálogo entre Jacques Derrida e Jacques Rancière ao redor do *Fedro*, de Platão

Renan Ferreira da Silva

Reinterpretações das interpretações das Escrituras: uma releitura a partir da *desconstrução*

Patrícia de Araújo Costa

QUARTA-FEIRA [06/07]

TARDE [14:00h às 18h:00]

MESA XI

Elementos Fundamentais do Estruturalismo e Pós-Estruturalismo

Ítalo Nascimento

A filosofia-cinema de Deleuze: a criação de novos modos de existência

Natália Santos de Jesus

Deleuze e seu Outro

Alisson Ramos de Souza

O limite e o ilimitado: entre Lévi-Strauss e Deleuze

Caio Whitaker Tosato

Sobre a possibilidade de conhecimento do real por meio da arte: algumas mudanças da mecânica quântica e da relativista à mecânica clássica

Hugo Leonardo de Quadros e Tonon

Gregório Gruber: pintor da vida moderna

Rafael Lopes do Valle

O debate acerca da conciliabilidade entre a mente estendida e o enativismo

Gabriel Moreira Francisco

Breves notas sobre meio ambiente e tecnologia na filosofia prática de Gerd Bernheim

Lucas Taufer

RESUMOS

A filosofia sem coleira: uma leitura da atitude cínica no pensamento de Michel Foucault

Adam William Italiano

Mestrando em Filosofia [UFSCar]
adamitaliano00@gmail.com

Resumo: A apresentação esboçará como o filósofo francês Michel Foucault, em seu último curso no Collège de France: *A coragem da verdade* (1984), pensa o cinismo como um modo de vida, que inverte de forma escandalosa os quatro critérios de uma vida considerada verdadeira em seu tempo, a saber, 1) a não dissimulação, 2) a falta de misturas, 3) a retidão e 4) a soberania. Esta inversão se dá através das práticas de si presentes no cinismo e não por meio de uma formulação doutrinal. Por isso, para entendê-la faz-se necessário pensar a atitude cínica, as práticas. Portanto, na apresentação além do curso de 1984, considerado por Frédéric Gros uma espécie de testamento do Foucault, contaremos algumas anedotas que envolvem os personagens cínicos, para fazer compreensível de que forma a atitude cínica inverte os pilares do verdadeiro na antiguidade, através da afirmação de uma vida que 1) inverte a não-dissimulação, desassociando-a do pudor e dos princípios convencionais; 2) inverte o tema da vida sem mistura, transformando-a em uma vida de abnegação, mendicância, sujeira, publicamente manifestada em seu próprio corpo; 3) inverte o princípio da vida reta desvinculando-a dos princípios e convenções sociais e associando a uma animalidade escancarada; por fim, 4) inverte o tema da vida soberana através de uma vida de antirrei, de militância, de combate, de luta.

Palavras-chave: Cinismo; Vida; Verdade.

O corpo na fenomenologia existencial de Heidegger

Agnes Rafaela Moura de Oliveira

Mestranda em Filosofia [UFPE]

Bolsista CAPES

rafaela-agnes@hotmail.com

Resumo: Uma das marcas mais patentes da filosofia de Heidegger é sua crítica ferrenha à compreensão do homem como *animal racional*, composto de alma e corpo. Em contraste a esse paradigma de base cartesiana, Heidegger propõe o projeto de compreensão do homem enquanto ente *existente*, ou *Dasein*. É na *analítica existencial* elaborada em *Ser e Tempo* que o conceito de *Dasein* encontra seu maior desdobramento. No entanto, salta aos olhos o fato de Heidegger não ter tratado nesta obra o tema da corporeidade - supostamente tão caro à reflexão fenomenológica do ser do ente humano. A falta de uma abordagem direta do tema na maioria dos escritos de Heidegger, e principalmente em *Ser e Tempo*, foi alvo de inúmeras críticas de filósofos, sobretudo dos franceses. Mas, é verdade também que Heidegger, já no final de sua vida, se volta ao tema da corporeidade, refletindo junto de médicos e psicoterapeutas o chamado *Leibproblem* (*problema do corpo*). O resultado de quase dez anos de encontros e discussões sobre temas afins à corporeidade resultou nos *Seminários de Zollikon*. Esse texto traz uma série de indicações não sistematizadas sobre o corpo que lança luz à nossa tentativa de localizar retroativamente a corporeidade no interior da *analítica existencial*. Dessa forma, a presente comunicação visa expor a controvérsia do tema da corporeidade no pensamento de Heidegger e sugerir o caminho da nossa tentativa de conciliar as reflexões tardias sobre o corpo em Heidegger e sua analítica existencial.

Palavras-chave: Heidegger; Analítica existencial; *Dasein*; Corpo; Corporeidade.

Deleuze e seu Outro

Alisson Ramos de Souza

Doutorando em Filosofia [UFSCar]

Bolsista CAPES

alissonramosdesouza@gmail.com

Resumo: O conceito de outrem (*autrui*) não recebeu a devida atenção no conjunto da filosofia de Deleuze até recentemente, por essa razão, o presente trabalho se propõe revisitar este conceito, pois pensar outrem, em Deleuze, torna possível pensar um outro Deleuze. O conceito de outrem aparece na obra deleuziana em alguns momentos de *Diferença e repetição*, mas, sobretudo, num texto presente no apêndice de *Lógica do sentido* intitulado “Michel Tournier e o mundo sem outrem”, no qual ele comenta o romance de Michel Tournier, *Sexta-feira ou os limbos do pacífico*. Outrem nada mais é do que a expressão de um mundo possível, ou ainda, uma estrutura que organiza a percepção e assegura as margens e transições do mundo, ao presidir e ordenar o campo transcendental. Quando esta estrutura se dissolve, os simulacros ascendem às superfícies, destruindo as formas e libertando as forças e intensidades. Acreditamos que o agente dessa dissolução é Sexta-feira, cuja vinda desarranja a ordem forjada por Robinson em sua ilha. Sexta-feira já não funciona como a estrutura outrem, visto que ele é um outro de outrem (*tout autre*), é ele que vai possibilitar o acesso a um campo transcendental impessoal, pré-individual, povoado de singularidades livres. Os conceitos de Emmanuel Lévinas de “rosto” e “absolutamente outro” auxiliarão nesse movimento a fim de compreender o outro de Deleuze.

Palavras-chave: Deleuze; Outrem; *tout autre*; Lévinas.

Distinção entre o método da matemática e da filosofia no período pré-crítico de Kant: considerações sobre a *Investigação* de 1764

Ana Letícia Arelaro

Mestranda em Filosofia [UFSCar]

Bolsista FAPESP

analeticia.arelaro@gmail.com

Resumo: A questão acerca da possibilidade de implementar o método matemático na filosofia – especialmente na metafísica – era tema recorrente no pensamento do século XVIII. Situa-se nesse contexto o tratado pré-crítico de Kant *Investigação Sobre a Evidência dos Princípios da Teologia Natural e da Moral*, que pretende responder a essa questão e, com isso, determinar um método para a filosofia primeira que deverá unir as cabeças pensantes em esforços idênticos. Parte da resposta apresentada pela *Investigação* é negativa, não cabe à filosofia tentar empregar o método da matemática; o argumento contrapõe-se à metafísica tradicional, que buscava provar suas proposições utilizando o procedimento matemático baseado em definições, axiomas e demonstrações. Apesar de negar o método da matemática para a filosofia, Kant não deixa de propor um procedimento científico para esta última. Pretendemos, então, mostrar que, nesse tratado publicado em 1764, há dois fatores essenciais que distinguem o método dessas duas ciências. O primeiro ponto diz respeito às definições: na matemática são obtidas pela síntese de conceitos, em que se parte de conceitos mais elementares para chegar aos conceitos derivados; e na filosofia pela decomposição analítica de conceitos dados. O segundo ponto diz respeito à diferença fundamental entre a linguagem de ambas as ciências: pois, como exposto na *Investigação*, a linguagem matemática considera o universal *in concreto*, o que significa que a própria simbologia matemática contém propriedades universais dos objetos que designam; enquanto que a filosofia, que se serve apenas de palavras da linguagem corrente, considera o universal *in abstracto*, uma vez que as palavras utilizadas em um argumento filosófico não indicam em sua composição os conceitos filosóficos. Esses dois pontos são de importância basililar para a construção de uma teoria sobre o método filosófico em Kant, e terão ressonância significativa na *Crítica da Razão Pura*.

Palavras-chave: Filosofia Moderna; Kant; Período pré-crítico; Método da matemática; Método da filosofia.

Notas sobre a questão da persuasão em Hannah Arendt

Ana Lúcia Feliciano

Doutoranda em Filosofia [UFMG]
luh.feliciano@gmail.com

Resumo: O tema central desta pesquisa é a persuasão e como ela aparece no pensamento político arendtiano. Nos ocuparemos desta tópica no intuito de mostrar sua fecundidade e seus limites no que concerne à esfera dos assuntos humanos. Assim, situando a questão da persuasão no bojo das reflexões arendtianas, ressaltamos que nos voltaremos para esse debate e iremos analisá-lo desde uma posição política. Em Arendt, as reflexões sobre a persuasão são suscitadas em referência à atividade política do discurso e ao papel da argumentação persuasiva. Essa questão emerge e se sustenta em virtude do interesse arendtiano no tocante à vida política expresso, por exemplo, em seu enfoque na compreensão grega de política. Apesar desses apontamentos, entretanto, nossa aposta é de que uma investigação acerca das nuances da persuasão em Arendt comporta duas direções distintas e, para tanto, assumiremos duas linhas de pensamento que nos possibilitarão uma incursão nesse debate. Com efeito, examinaremos a perspectiva arendtiana no que concerne à persuasão, por um lado, quando o tema aparece na recuperação da experiência da polis grega, por outro, quando ele é tangenciado pelo relato do julgamento de Adolf Eichmann. Nossa pretensão é explorar como a questão da persuasão é formulada de maneira contrastante no pensamento arendtiano. O que será elucidado por meio de considerações pontuais no tocante à presença da persuasão em dois espaços de natureza pública, ou seja, a ágora grega e o tribunal. Isto posto, não há uma delimitação do aporte teórico, porém, para desenvolver as duas vias de acesso indicadas debruçaremos sobretudo nas obras *The Human Condition* (1998) e *Eichmann em Jerusalém* (1999).

Palavras-chave: Eichmann; Espaço público; Fatos; Persuasão; Política.

O conceito de existência segundo Ricardo de São Vítor em *De Trinitate*, IV, 12-14

André Botelho Scholz

Doutorando em Filosofia [USP]

Bolsista CAPES

abotelhos@gmail.com

Resumo: Em sua *Nota sobre o vocabulário do ser*, Gilson apresenta uma breve genealogia do uso medieval da palavra *existentia* distinguindo duas raízes: uma deriva do verbo *existo*, *is*, e outra do nominativo *existens*, em português existência e existentes. No primeiro sentido, *existentia* reaparece na Idade Média com uma conotação de origem, e significa “aparecer” ou “mostrar-se”. Gilson escolhe uma passagem do livro IV da *Trindade* de Ricardo de São Vítor para servir de exemplo sobre este uso, na qual é definida o propósito da existência das pessoas divinas. Mesmo na introdução de *O ser e a essência*, uma pergunta expressa por Ricardo no início do mesmo livro IV aparece como exemplo do uso de existência, que significava “o ato pelo qual um sujeito alcança a virtude de sua origem”: “com efeito, o que é *existere*, pergunta Ricardo de São Vítor em seu *De Trinitate* (IV, 2), se não *ex aliquo sistere, hoc est substantialiter ex aliquo esse* (subsistir a partir de outro, isto é, ser substancialmente a partir de algo)?” (Gilson, 2016, p. 20). Nesta comunicação iremos explorar as nuances da definição apresentada em *De Trinitate* IV, 12-14, bem como apresentar brevemente a discussão deste livro, que leva até à definição da existência das pessoas divinas. O problema começa com o questionamento sobre como pode haver mais de uma pessoa onde não há mais do que uma substância. A partir daí, Ricardo de São Vítor precisa definir o significado de pessoa e substância, e as diferentes implicações para a natureza humana e natureza divina, para enfim chegar à sua definição de existência e distinguir entre três formas de existência. Destas, iremos abordar apenas a primeira, sobre a distinção da existência das pessoas na natureza humana e angélica. Com isso, esperamos trazer elementos suficientes para contribuir com a compreensão da doutrina de Ricardo de São Vítor, mas também para o emprego feito por Gilson para definir o que chamou de primeiro sentido de existência que reaparece na Idade Média.

Palavras-chave: Existência; Pessoa; Ricardo de São Vítor; Substância; Trindade.

Relações de poder em Michel Foucault: uma ação sobre a ação

Antonio José Carlos da Silva

Mestrando em Filosofia [UFMA]
gallobrio@outlook.com

Resumo: A presente comunicação tem como objetivo principal compreender a noção de poder em Foucault como uma ação sobre a ação numa relação de forças. Em princípio, investigaremos o poder de soberania e o biopoder na época clássica. O poder de soberania tem conotações negativas e repressivas, tendo como base fundamental a esfera jurídica, a lei, garantindo a apreensão da vida conforme o desejo do Soberano, já que este tem o direito de morte. O biopoder, por sua vez, tem conotações positivas e é produtivo de fatos, acontecimentos, ocorrendo, assim, um deslocamento em relação àquilo que fundamentava o poder de soberania: agora, o poder já não se sustenta em nome do soberano, mas em nome de uma multiplicidade de indivíduos, a população. Em seguida, investigaremos a analítica geral foucaultiana do poder, sendo possível constatar que não há construção de uma Teoria do Poder em Foucault, mas apenas uma análise ascendente do poder, partindo, assim, da especificidade para os aspectos gerais, ou seja, o autor analisa as relações de poder e não o poder em si. Por último, analisaremos a relação de poder, tida como uma ação sobre a ação. Nesse movimento de ação-reação, está a necessidade, o devir e a verdade do exercício do poder. Por isso, incitar, induzir, desviar, facilitar são operações do campo de possibilidades da ação sobre a ação. Desse modo, compreendemos as relações de poder na teia foucaultiana partindo do molecular para a composição complexa, do invisível para o visível, do corpo para a população.

Palavras-chave: Relações de forças; Análise ascendente; Ação sobre a ação; Michel Foucault; Poder.

O jovem Marx e o prejuízo do *universal*

Bruno Fernandes

Mestrando em Filosofia [UFSCar]

Bolsista FAPESP

brunofernandes@estudante.ufscar.br.

Resumo: Nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, de 1844, o jovem Marx examina três aspectos do *trabalho estranhado*: a objetivação (*Vergegenständlichung*), o *estranhamento-de-si* (*Selbstentfremdung*) e o estranhamento do trabalhador em relação a seus semelhantes. Com isso, trata-se de mostrar que quando o trabalhador é subjugado pelo poder dos objetos que ele criou, quando sua atividade é exteriorizada e passa a pertencer a outro homem, ele perde o sentido social da sua ação e corrompe a sua qualidade de ser genérico (*Gattungswesen*), pois a *razão* da sua atividade vital se inverte, tornando-se apenas um meio para a sua existência *particular*. Aqui, o estranhamento se sustenta em oposição a uma vida genérica à margem da existência. No entanto, o que aconteceria caso essa atividade fosse posta no interior de uma história social de produção? Ora, essa concepção de trabalho ganharia novos traços. É o que encontramos em *O capital*, de 1867, onde o trabalho é visto como conjunto das capacidades físicas e mentais existentes na corporeidade (*Leiblichkeit*) de um homem e é posta em movimento por ele. Sendo assim, produz valores de uso em todas as épocas, porém assume uma forma social específica em cada uma delas. Na sociedade capitalista, assume a forma de *trabalho assalariado*. É quando a capacidade de trabalho se reveste da *forma mercantil*, tornando-se a base da *produção generalizada* de mercadorias. Sua característica social principal é a de assumir para o próprio trabalhador a forma de uma mercadoria que lhe pertence e que necessita ser vendida por ele. O confronto entre o trabalhador livre e o possuidor de dinheiro é abordado como *produto de um processo histórico* que separa o trabalhador das condições de realização do seu trabalho, engendrando a *contradição fundamental* entre *capital e trabalho*. Portanto, quando o trabalho deixa de ser pensado como a negação de uma atividade originária, torna-se possível se perguntar pela gênese da realidade econômica e chegar à forma assalariada como seu *resultado*. A partir dessas considerações, investigo *por que* essa transformação aconteceu no pensamento de Marx. Desta feita, trato do *prejuízo de um universal* não constituído no primeiro modelo.

Palavras-chave: Marx; Trabalho; História; Dialética.

O limite e o ilimitado: entre Lévi-Strauss e Deleuze

Caio Whitaker Tosato

Mestrando em Filosofia [UFSCar]

Bolsista CAPES

caio.whitaker.tosato@gmail.com

Resumo: Pretendo apresentar uma comparação entre Claude Lévi-Strauss e Gilles Deleuze a partir de um ponto de conexão discordante entre os dois autores, ressaltando as diferenças em torno de um problema em comum. Este refere-se à contraposição entre o limite e o ilimitado. Tal eixo evidencia o contraste entre a radicalidade científica de Lévi-Strauss e a radicalidade filosófica de Deleuze. Aos olhos de Deleuze (em *O que é filosofia?*) a filosofia busca guardar as velocidades do caos e com isso pensar o ilimitado (o plano de imanência); a ciência, ao contrário, renuncia pensar o ilimitado estabelecendo uma desaceleração do caos através de um limite originário (o plano de referência). Lévi-Strauss, em suas reflexões sobre a natureza do objeto científico, considera essencial tomar o espírito humano como essencialmente limitado. Em alguns momentos da obra deste autor ele caracteriza o conceito e a objetividade como tendo um potencial ilimitado, entretanto ele utiliza a palavra “ilimitado” acompanhada de adjetivos de relativização (tais como “praticamente”, “teoricamente”, entre outros). O ilimitado, para Lévi-Strauss, é apenas um reflexo prático da impossibilidade da razão conhecer o limite. Tal limite refere-se ao número de características elementares as quais são submetidas a uma combinatória e, através desta, dão origem às formas da natureza humana. É preciso reconhecer que a concepção de ciência apresentada por Deleuze é alheia aos procedimentos característicos da obra de Lévi-Strauss. O filósofo francês apresenta uma filosofia da ciência engendrada em seu projeto filosófico, o limite científico é entendido como uma renúncia da realidade mais fundamental que é o plano de imanência. O antropólogo francês, por outro lado, considera a ciência como um modo de conhecimento superior aos outros; o empreendimento científico se aproxima do real ao encontrar os elementos fundamentais os quais formam o real através de uma combinatória. O que chamo de acordo discordante refere-se à conexão possível entre a concepção de Deleuze da ciência como originariamente limitante e a concepção de Lévi-Strauss dos objetos da natureza como produtos de combinações entre elementos essencialmente limitados.

Palavras-chave: Filosofia; Ciência; Limite.

Platão e a escravidão: uma recusa velada?

Carlos Augusto de Oliveira Carvalho

Doutorando em Filosofia [UFBA]

Bolsista FAPESB

carloscarvalho@gmail.com

Resumo: Não há um movimento abolicionista organizado na Atenas Clássica e parte significativa da estrutura econômica estava acorrentada à exploração de trabalho escravo – isso é um fato e não só do mundo grego, mas da Antiguidade em geral. No entanto, a temática da escravidão na filosofia política de Platão é abordada de maneira inconstante, havendo nas *Leis* uma certa defesa de garantias políticas ao escravo, mas em outros momentos apresentando uma normalização do fato, bem como expondo, na prática e dentro de uma sociedade que desumaniza para explorar, uma demonstração da humanidade inerente ao escravo, como a capacidade de desenvolver o raciocínio lógico-matemático no *Mênon*, ou a questão jurídica e religiosa surgida a partir da morte de um escravo no *Eutífron*, ou mesmo a própria pessoa de Fédon de Elis, um escravo sexual de prostíbulo, mas que participa do círculo socrático e carrega em seu nome o diálogo mais importante de Platão sobre um tema tão caro para os antigos quanto a alma. Logo, a apresentação irá explorar essas tensões presentes nos diálogos com relação à escravidão, dentro do contexto de filosofia política, sobressaindo uma proposta apoiada no conceito de *sôphrosýnē*, mas também formulada pela desnaturalização dos aspectos sociais, temática observada pela crítica platônica à Atenas de sua época. Além disso, também será discutido o contexto histórico, explorando o conceito de classe para compreender a impossibilidade de um movimento organizado e amplo entre escravos àquela época, pois em Atenas várias identidades sociopolíticas se interseccionavam e um escravo poderia ser tanto um ateniense falido (escravidão por dívida) quanto um escravo público estrangeiro armado e com treino militar (caso dos arqueiros citas), ou até mesmo um banqueiro rico (caso de Pásion, pai do orador Apolodoro); não esquecendo do desastre que foi a prática política de Platão em Siracusa (*Carta VII*), acarretando que o próprio filósofo fosse vendido como escravo pelo tirano.

Palavras-chave: Platão; Escravidão; Política; Classe.

Imaginação e profecia em Espinosa

Carlos Bezerra de Lima Júnior

Doutorando em Filosofia [UFSCar]
carlosbljr@gmail.com

Resumo: É senso comum entre comentadores de Espinosa a opinião de que seu *Tratado teológico-político* é uma obra que entra em conformidade com todo o corpo teórico apresentado pelo autor em outras obras. Só há um Espinosa, portanto, de modo que o autor que escreve o TTP é o mesmo que escreve suas outras obras. No capítulo primeiro do TTP o autor tratará da profecia, trazendo à discussão as escrituras para defender sua opinião. O que salta aos olhos de um leitor que já conhece suas outras obras é quão esclarecedora pode ser a interpretação do conceito de profecia pautada na epistemologia apresentada pelo autor já no escólio II da proposição XL da parte II da *Ética*, por exemplo, ou no *Tratado breve*, ou ainda, no *Tratado da emenda do intelecto*. A profecia é um conhecimento de caráter imaginativo, inadequado – e os termos da *Ética*, bem como de outras obras do autor, podem nos ajudar a entender o conceito para além do léxico do TTP. O intuito desta apresentação é discutir os conceitos de profecia e imaginação na intenção de fazer uma articulação entre eles. Para tal, é necessário trazer para a discussão as obras do autor que tratam do tema e alguns comentadores que ilustram essa relação. Esta discussão pode ajudar o leitor a responder a seguinte pergunta: o que mais podemos pensar sobre a profecia para além do que já é evidente nas linhas do TTP?

Palavras-chave: Espinosa; Imaginação; Profecia.

A quasi-memória e a objeção da circularidade à teoria da memória

Carolina de Almeida Wainstein

Mestranda em Filosofia [UFRGS]

c.wainstein@live.com

Resumo: Tenho como objetivo abordar uma breve discussão sobre a quasi-memória (ou q-memória) e se esta cumpre bem o papel de conseguir responder a objeção da circularidade feita por Butler à teoria da memória lockeana da identidade pessoal. Iniciarei fazendo uma breve explicação do que é a q-memória. Em suma, a q-memória é uma espécie de memória experiencial “sem dono” específico, pois, a pessoa que se recorda de certa experiência não é necessariamente idêntica à que tenha experienciado. Após, mostrarei como Parfit pretendia usar a q-memória para defender a ideia de identidade pessoal, proposta por Locke, da objeção da circularidade. Para Locke, a identidade pessoal é baseada na memória: o sujeito Y no tempo T^2 é o mesmo sujeito X no tempo anterior T^1 apenas se Y lembrar-se de ter sido X. Butler objeta Locke dizendo que o argumento de Locke é circular, pois a memória pressupõe a identidade pessoal, assim não podemos usar a memória como critério para determinar a identidade. Y só pode recordar-se das experiências de X se for pressuposto que X é Y, já que uma pessoa só pode recordar-se das suas próprias experiências. Parfit usa o conceito de q-memória para escapar da circularidade dizendo que a q-memória é uma memória que não é obrigatoriamente experienciada pela pessoa que lembra de tal experiência, então a memória não necessariamente pressupõe identidade pessoal. Por fim, termino com a crítica de Schectman ao uso da q-memória feito por Parfit.

Palavras-chave: q-memória; Identidade pessoal; Memória.

Voz universal, *sensus communis* e a universalidade da experiência estética na *Crítica da faculdade de julgar*

Carolina Miranda Sena

Doutoranda em Filosofia [UFMG]

carolmsena@gmail.com

Resumo: Esta comunicação pretende discutir sobre as condições da comunicabilidade estética desenvolvidas por Kant em sua *Crítica da faculdade de julgar* (1790). Trata-se do problema do gosto como uma espécie de *sensus communis* ou de uma voz universal, a qual quando julgamos algo como belo cremos tê-la a nosso favor, e suas relações com a universalidade da experiência estética. A voz universal ou o *sensus communis* estético teriam a função de estabelecer uma condição subjetiva compartilhada por todos e, por conseguinte, seria o ponto de união capaz de fundamentar a universalidade da experiência estética. No entanto, a ideia de uma voz universal rompe com os limites do projeto crítico transcendental, que anteriormente banuiu qualquer acesso ao transcendente, o que faz com que a voz universal seja pensada apenas como um pressuposto. Resta investigar se o *sensus communis* estético estabelece a comunicabilidade universal do juízo de gosto, se ele existe como “princípio constitutivo da possibilidade da experiência” (KU, AA 05: 240) ou se é somente um princípio regulativo “para produzir em nós um sentido comum para fins superiores” (KU, AA 05: 240). Isto é, se “o gosto é uma faculdade original e natural, ou somente a ideia de uma faculdade fictícia e a ser ainda adquirida” (KU, AA 05: 240). Pretendemos uma discussão da argumentação kantiana sobre a voz universal e o *sensus communis* estético como fundamentos de uma universalidade da experiência estética, situando a discussão no contexto da *Crítica da faculdade de julgar* e nos limites do projeto crítico transcendental.

Palavras-chave: Kant; Estética; Voz universal; *sensus communis*; Comunicabilidade.

As funções inextricáveis do ver-falar propostas por Hanson

Christian Monteiro Cruz

Mestrando em Filosofia [UERJ]
christianmonteiro42@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem como tema o conceito de observação proposto por Norwood R. Hanson na segunda metade do século 20. Tem-se como objetivo compreender a inextricabilidade das funções do ver-falar denominadas por Hanson de “ver como” e “ver que”. Influenciado pelo positivismo lógico, ele resolveu analisar a observação a partir daquilo que fundamentou esse movimento. Por isso, Hanson teve inspiração direta de Wittgenstein, sobretudo na noção de percepção do aspecto. Os neopositivistas, no entanto, compreendiam a observação enquanto um componente empírico e teórico, no qual primeiro observa-se os dados para, em seguida, interpretá-los. Resultando em uma observação neutra. Hanson, por outro lado, analisa a observação englobando tais componentes de forma que a recepção dos dados já contém interpretações teóricas. Hanson, então, considera importante objetar a tese neopositivista de que duas pessoas fazem as mesmas observações com interpretações diferentes, sustentando que essas pessoas, na verdade, fazem observações diferentes. Como esse conceito diz respeito ao conhecimento observacional a partir da carga teórica, a noção de observação ocupa o lugar epistemológico no pensamento de Hanson. A compreensão do conceito de observação auxilia no entendimento da epistemologia de Hanson, pois enquanto o “ver como” é uma função que relaciona os fenômenos, “ver que” é paradigmática e relaciona a observação ao conhecimento.

Palavras-chave: Observação; Hanson; Ver como; Ver que.

Máquinas que sabem ler e escrever: as implicações éticas do uso da inteligência artificial para produção de textos

Clara Augusta d’Amaral Savelli

Doutoranda em Filosofia [UERJ]

Bolsista CAPES

draclarasavelli.com

Resumo: As tecnologias que usam inteligência artificial estão se desenvolvendo cada vez mais. Quem nunca recebeu uma ligação de um robô de telemarketing ou conversou em um chat virtual de alguma loja que também era uma máquina? Porém, os estudos e a presença das máquinas estão muito mais avançadas do que podemos imaginar. Em 2016, uma inteligência artificial quase ganhou um prêmio literário no Japão – sem que ninguém soubesse ou sequer desconfiasse que o livro tinha sido escrito por um código. Que vivemos uma revolução tecnológica é fato. Nossas vidas estão tomadas por assistentes virtuais, como a Alexa da Amazon, que é capaz de entender nossas demandas e até mesmo interferir na nossa casa. Porém, temos a falsa impressão de que ainda estamos no controle. Afinal, a Alexa precisa de um comando humano para realizar as atividades. De certa forma, as máquinas que são capazes de “ler e escrever” também precisam de um input. Porém, uma vez que o primeiro input é dado, até onde elas podem ir? Já existem relatos da utilização de ferramentas de inteligência artificial para produção de textos que propagam Fake News. Segundo estudos, esses robôs teriam sido usados, inclusive, na eleição de Trump. O problema não está nos códigos, em si, que podem ser utilizados para auxiliar a produção acadêmica ou literária, por exemplo. O problema está em sua utilização. As implicações éticas desse uso nocivo da programação ainda são incertas e, pior do que isso, as consequências são mal reguladas. Esse é o principal debate desta proposta de comunicação.

Palavras-chave: ética; inteligência artificial; uso ético da IA; EBIA.

***Begriffsdichtung*: a concepção da metafísica como poesia conceitual e sua repercussão no ideário do positivismo lógico**

Daniel Temp

Doutor em Filosofia [UFSM]

Bolsista CAPES

daniel_temp_@hotmail.com

Resumo: A expressão *Begriffsdichtung* (poesia conceitual) foi originalmente empregada pelo filósofo neokantiano F. A. Lange para designar a natureza prático-especulativa do registro a que pertenceria grande parte do discurso metafísico. Neste ponto, Lange segue à risca a demarcação proposta na crítica kantiana e considera que o conhecimento é assunto teórico a ser tratado no interior do discurso sobre a experiência possível, ao passo que a especulação metafísica, segundo ele, contém assuntos de natureza eminentemente prática, cujo propósito não é a demonstração teórico-científica, mas sim a edificação ética. Nesse contexto, a metafísica inevitavelmente acaba por ser considerada uma disciplina híbrida: se, por um lado, no que diz respeito à forma, as especulações metafísicas procuram emular a forma teórica do discurso da ciência, por outro, no que diz respeito ao conteúdo, a metafísica claramente se ocupa de questões que estão muito além daquelas questões que ocorrem no registro do discurso científico. É nesse exato sentido que, para Lange, a metafísica é uma espécie de poesia de conceitos: pois, ainda que empregue definições, conceitos e até mesmo recorra a leis lógicas, a metafísica, no fim das contas, devido à natureza de seu conteúdo, nem de longe está alinhada à pesquisa da verdade, mas tem que ver sobretudo com a expressão de determinadas convicções práticas sobre o mundo. O propósito do presente trabalho é expor os principais aspectos da concepção de Lange a respeito da metafísica como *Begriffsdichtung*, para, em seguida, destacar a influência que suas ideias exerceram sobre o movimento do positivismo lógico, antes de proceder, por fim, a uma rápida avaliação da concepção apresentada.

Palavras-chave: *Begriffsdichtung*; metafísica; conhecimento; ficção.

Sobre a alma e o corpo: proximidades nos pensamentos de Tomás de Aquino e Henri Bergson

Edson Gonçalves da Silva

Doutorando em Filosofia [UFC]

edson.silva@alu.ufc.br

Resumo: O medievo proporcionou a idade moderna vários elementos para serem pesquisados ou aprofundamentos de temas de certa relevância até os dias atuais. Dentre estes temas está o diálogo a respeito da alma e do corpo. Por mais repetitivo que pareça, ainda é um assunto inesgotável de pesquisas e debates. Este artigo propõe considerações de proximidades, mesmo em épocas diferentes, para uma análise nos pensamentos de Tomás de Aquino e Henri Bergson a respeito da Alma e do Corpo. Tomás de Aquino a partir do pensamento de Aristóteles ressignifica a alma e a define como ato formal do corpo. Henri Bergson questiona se há alma e se é distinta do corpo. Para Tomás de Aquino, o corpo representa a porta de entrada para construção cognitiva. Considera também que os sentidos do corpo físico são necessários para operar a captação imagética do mundo sensível que nos cerca, somente assim a Alma pode elaborar o conhecimento. Por outro lado, para Bergson, o corpo e a alma possuem uma atividade relacional. Afirma ele que a alma e o espírito têm o mesmo sentido. A visão tomasiana é sintética ao posicionar a alma como um ente simples, ou seja, o que não é composto e o corpo como aquilo que é composto. Bergson traz uma reflexão diferente e aborda alguns pontos presentes na relação corpo e alma, tais como: sensação, memória, reminiscência, cérebro. Estes pontos aproximam o Aquinate e Bergson em diferentes reflexões.

Palavras-chave: Tomás de Aquino; H. Bergson; Alma; Corpo.

Os filósofos intuem melhor que os leigos? Avaliando a Defesa da Expertise à luz da Filosofia Experimental e das Ciências Cognitivas

Elan Moises Marinho da Silva

Mestrando em Filosofia [PUC-RJ]

Bolsista CNPq

elanmarinho@hotmail.com

Resumo: Na filosofia analítica contemporânea muitos filósofos utilizam experimentos de pensamento para gerar intuições e argumentos. Isso ocorre com o Dilema do Bonde, de Foot (1967); com a Máquina de Experiências, de Nozick (1974); e com os Casos Gettier, de Gettier (1963). Em tais casos, muitos filósofos acreditam que as pessoas terão a intuição esperada independentemente de seus gêneros, profissões, raças, idades, orientações sexuais, países ou culturas, mas também independentemente de fatores contextuais como ordem de apresentação, emoções, presença de um observador ou temperamento. Contudo, a filosofia experimental apresenta evidências de que essas expectativas não foram bem atendidas. Para responder ao desafio da filosofia experimental, os filósofos situaram diversas respostas — dentre elas, a defesa da expertise. A defesa da expertise diz que as intuições que importam são as dos filósofos treinados, e não as dos leigos. Para defender isso, situa-se uma analogia entre a situação dos físicos e as dos filósofos para concluir que os filósofos profissionais possuem intuições especializadas que graduandos e pessoas comuns não possuem. Isto é, que filósofos são experts em intuir. Entretanto, existem diversas evidências de que nem todo treino, por mais esforçado e duradouro que seja, resulta em expertise, e existem muitas desanalogias entre campos. Além disso, os filósofos experimentais testaram intuições de filósofos profissionais e encontraram efeitos de ordem, efeitos de presença de um observador e efeitos de temperamento. Diante de tais evidências, avalio se a defesa da expertise consegue sobreviver.

Palavras chaves: Defesa da Expertise; Intuições; Filosofia Experimental; Método de Casos; Filosofia Analítica.

O espanto contra o choque: experiência no horizonte

Elias Francisco Fontele Dourado

Mestre em Filosofia [UnB]
eliasfdourado@gmail.com

Resumo: Investigaremos como aquilo que Platão e Aristóteles chamam de *thaumázein* se diferencia do que Walter Benjamin chama de *chockerlebnis*, ou seja, distinguiremos a experiência do espanto da vivência do choque. Para isso, também esmiuçaremos as propriedades particulares do que seja uma experiência e do que seja uma vivência. Nosso objetivo é indicar, apoiados nas análises de Walter Benjamin, como a experiência se empobrece na modernidade em prol de uma vivência orientada para um presente que dificilmente permite interrupções. Veremos como o choque paralisa a nossa reflexão, colocando-nos sempre na preocupação do momento e no medo do risco futuro. Por outro lado, veremos como o espanto nos remove da paralisia e nos chacoalha em busca do que há de subjacente a cada momento, colocando-nos nas raízes mais profundas do passado. Esse movimento de ir às raízes, veremos, é uma experiência radical, de ir ao fundo das coisas. Demarcadas as diferenças conceituais, defenderemos a posição de que a reflexão radical deve ser recuperada por meio do nosso exercício de espanto, de nos deixarmos espantar pelas coisas. O oposto desse tipo de reflexão, argumentaremos, é a flexão, isto é, a flexibilidade, a possibilidade de estar em todos os lugares ao mesmo tempo, de saber de tudo um pouco, mas de modo superficial. Por fim, defenderemos a necessidade da reflexão que espanta em detrimento da flexão que choca, identificando a experiência em seu horizonte mais radical, aquele que correlaciona o passado com o presente e o futuro.

Palavras-chave: Espanto; Choque; Experiência; Vivência; Reflexão.

Aspectos da biopolítica: domínio e intervenção sobre a vida

Elinalva Pinto de Carvalho

Mestranda em Filosofia [UFMA]
lycarvalho56@gmail.com

Resumo: Esta análise embasa-se em investigar sobre o funcionamento de uma nova configuração de poder, que se instituiu sobre a vida dos indivíduos. No qual Foucault denominou-a de biopolítica, ou seja, esse novo quadro político mostrar-se-á como um mecanismo de regulação à vida humana. Neste sentido, Foucault identifica estratégias usadas essencialmente para manter a população numa intensa e interminável vigilância, onde apropria-se dos dispositivos de dominação para corrigir os corpos através de uma medicina social, que visa transformar e impor uma normalização nos comportamentos dos indivíduos. Dessa forma, o interesse principal é investigar a vida como objeto do poder biopolítico. É dessa configuração que partimos das análises de Foucault a respeito de como a biopolítica consegue vincular e manter o controle do corpo nas esferas do poder. E a partir disso transpassar os domínios sobre a vida, dimensão que afeta o caráter biológico da espécie. Nesta perspectiva evidenciamos pensar a emergência desse poder que investe sobre a vida, ou seja, vemo-lo focalizar nas estratégias do poder. Assim a estrutura social moderna é marcada pela instauração, na visão de Foucault, de uma “nova arte de governar”, na qual a biopolítica delineou e o corpo entrou no jogo do poder. Essa querela se embasa da passagem de um novo direito político no qual encontramos dois polos distintos. Assim, buscamos investigar num primeiro momento um poder disciplinar centrado no corpo individual, uma “anátomo-política do corpo humano”. Em meados do século XVIII vimos configurar uma nova tecnologia que não se concentra no homem-corpo ou indivíduo, mas age no homem enquanto espécie, um poder que se estabelece sobre a população, sobre os processos que giram em torno da vida, ou seja, o biológico entra em questão.

Palavras-chave: Biopolítica; vida; normalização; medicina.

Liberdade e Alteridade na fenomenologia existencial de Frantz Fanon e Simone de Beauvoir

Eloísa Benvenuto de Andrade

Doutora em Filosofia [UNIFESP]
ebandrade@casperlibero.edu.br

Resumo: O objetivo é apresentar a história da formação do existencialismo francês e da fenomenologia francesa a partir da participação constitutiva e constituinte de Frantz Fanon (1925-1961) e Simone de Beauvoir (1908-1986). Na esteira de conceitos fundamentais deste conjunto de pensamento como sujeito, corpo, liberdade, alteridade e experiência vivida, exporemos como a filosofia contemporânea francesa pode ser tematizada considerando o interior do debate ético e ontológico impulsionado pelos pensadores supracitados. Para tanto, analisaremos a fenomenologia existencial de Simone de Beauvoir e Frantz Fanon elaborada por meio da reabilitação de conceitos filosóficos clássicos da própria tradição fenomenológica – tal como liberdade e alteridade – que promoveram uma reflexão radical acerca do estatuto ontológico da ideia de sujeito elaborada pela tradição filosófica. Por uma perspectiva ética, tanto Beauvoir, como Fanon, explicitaram em suas obras a condição existencial concreta de indivíduos que foram escamoteados do processo de elaboração do discurso sobre o mundo e do *ser* no mundo tradicionalmente realizado na história da filosofia e pela própria fenomenologia. Quando Beauvoir discorre sobre a natureza da mulher, a definição de seu destino e a emergência do feminino e, Fanon escreve sobre a condição do indivíduo racializado e a emergência daquilo que se chama negro no âmbito do colonialismo europeu, suas filosofias revelam a importância da reabilitação ontológica de ideias fundamentais da fenomenologia francesa, tais como, percepção e experiência, ao fornecerem um sentido ético na elaboração de seus discursos sobre o mundo.

Palavras-chave: Alteridade; ética; fenomenologia; liberdade; ontologia.

O Conceito de Ego em Sartre

Fábio da Silva Santos

Mestrando em Filosofia [UFLA]

Bolsista FAPEMIG

fabiosant26@gmail.com

Resumo: Nos anos de 1933 a 1934 o jovem francês Jean-Paul Sartre aprofunda nos estudos da fenomenologia fundada pelo alemão Edmund Husserl. O tempo de pesquisa na Alemanha resultou no ensaio *A transcendência do Ego – Esboço de uma descrição fenomenológica*, de 1936. Com o propósito de purificar o campo transcendental da consciência, o francês se apropria da concepção de consciência intencional proposta por Husserl, de que toda consciência é consciência “de” alguma coisa. A consciência se caracteriza como movimento para fora de si, autônoma e translúcida, não contém nada em seu interior, nem absorve as coisas em si mesma. Assim, Sartre passa a defender a tese de que nada existe no campo de imanência da consciência. A metodologia negativa sartriana refuta as teorias que defendem a presença do ego material ou formal na consciência. A explicação daqueles que postulam o ego pauta na incapacidade consciência de exercer a unificação das representações intencionadas. Nesse viés, aceitar a tese de que o ego opera na consciência significa retirar a sua espontaneidade, autonomia e o fluxo de autounificação. Dessa forma, o ego como um núcleo operador seria responsável por exercer a função lógica na consciência. Aos olhos de Sartre a fenomenologia fracassaria em suas conquistas ao inserir algum ego ou qualquer substância que fragmenta a estrutura da consciência, pois ela não tem necessidade disso, justamente por unificar a si mesma através de “um jogo de intencionalidades transversais” das consciências passadas. O ego existe, porém transcendente e psíquico. A sua origem procede da operação da consciência refletida que põe a consciência irrefletida ou espontânea. Sartre acredita ter salvaguardado a autenticidade da consciência husserliana, mantendo a sua interdependência com os entes fenomênicos, sem que façam parte dela.

Palavras-chave: Consciência; Ego; Intencionalidade; Sartre; Fenomenologia.

As bases hegelianas para a intersubjetividade em Sartre

Fabrício Rodrigues Pizelli

Mestrando em Filosofia [UFSCar]

Bolsista FAPESP

fabricioreino@hotmail.com

Resumo: Objetiva-se nessa comunicação apresentar os conceitos hegelianos que foram fundamentais na construção da sua proposta intersubjetiva na ontologia madura de 1943. Neste aspecto Sartre baseia-se principalmente na *Fenomenologia do Espírito* e os estudos de Jean Hyppolite condensados em *Gênese e estrutura da fenomenologia do Espírito*. Desse modo, Sartre relata a “intuição genial” de Hegel, a qual se refere ao fato do sujeito ser dependente de outrem em seu próprio ser, de modo que duas subjetividades se afetem, impossibilitando a dúvida sobre a existência de ambas. Visto isso, o ponto de destaque do comentário de Sartre à filosofia de Hegel é a famosa passagem da dialética do senhor e escravo, pois o escravo se torna a *verdade* do senhor, de modo que as existências se afirmam simultaneamente. Contudo, como se sabe, e Sartre não deixa de ressaltar, essa *verdade* de uma existência só pode ser alcançada na medida em que a consciência de outrem se torna objeto para a consciência do sujeito. Com efeito, o processo dialético da filosofia hegeliana chega ao momento de abstração em que o sujeito se iguala a outrem, chegando à pura forma vazia do “Eu sou Eu”. Portanto, se faz importante nos aprofundar acerca dessa influência hegeliana em *O ser e o nada*, pois isso altera o teor da proposta de superação ao problema do solipsismo, uma vez que a consciência se encontra afetada “em seu próprio ser” pelo ser de outras consciências.

Palavras-chave: Sartre; solipsismo; intersubjetividade; Hegel; consciência.

De punição à penitência: o caráter ético do trabalho no pensamento de Locke

Flavio Gabriel Capinzaiki Ottonicar

Doutorando em Filosofia [UFSCar]
fottonicar@gmail.com

Resumo: A presente comunicação pretende tecer considerações sobre o caráter ético do trabalho no pensamento do filósofo inglês John Locke, na medida em que tal pensamento manifesta dois aspectos que marcaram a maneira de compreender o trabalho na modernidade: o trabalho enquanto punição e o trabalho enquanto penitência. O caráter punitivo do trabalho já se manifestava como atributo típico das camadas sociais inferiores e essa forma de apresentar o trabalho foi predominante nas tradições greco-romana e medieval. Mas, a partir da modernidade e especialmente após a Reforma protestante, o trabalho torna-se ato virtuoso. Assim, ainda que sem perder estigma da punição, o trabalho ganha a forma de castigo auto imposto e louvável. Por isso trata-se agora de punição aceita, buscada e socialmente valorizada. Daí seu caráter penitencial. Locke, que vive o século XVII e escreve seus principais textos no final desse período, não abandona totalmente o caráter punitivo do trabalho, mas relativiza-o em favor do aspecto penitencial. Três são os fundamentos éticos apresentados por Locke: a) é uma determinação de Deus; b) é necessário devido à vulnerabilidade humana frente à natureza; c) melhora as condições de vida dos seres humanos na terra. Os dois primeiros fundamentos encontram-se na seguinte passagem: “quando deu o mundo em comum para toda a humanidade, Deus ordenou também que o homem trabalhasse e a penúria de sua condição assim o exigia” (*Segundo Tratado Sobre o Governo*, §32). Já o segundo fundamento encontra respaldo no seguinte trecho da mesma obra: “Deus, que deu o mundo aos homens em comum, deu-lhes também a razão, para que se servissem dele para o maior benefício de sua vida e de suas conveniências” (*Segundo Tratado Sobre o Governo*, §26). As duas passagens citadas revelam que, embora o trabalho tenha caráter punitivo (é necessário devido à precariedade da condição humana), é também uma virtude apreciável (melhora a condição de todos). Nisso consiste o caráter de punição e penitência do trabalho na forma como Locke o apresenta.

Palavras-chave: Locke; Trabalho; Ética; Punição; Penitência.

Entre a Natureza e a Humanidade: O estatuto da arte em Albert Camus

Gabriel Leva

Mestrando em Psicologia [USP]

Bolsista CAPES

gabriel.leva.fm@gmail.com

Resumo: Investigamos o estatuto da arte e o movimento de criação artística na obra de Albert Camus. O ensaísta franco-argelino, que fundamenta seu pensamento em duas fases, do *absurdo* e da *revolta*, consagrou sua importância através de grandes obras literárias, demonstrando força da criação artística em sua elucubração filosófica. Nas obras camusianas, traçamos relações entre arte e vida, sendo que, em seus ensaios filosóficos: *O Mito de Sísifo* e *O Homem Revoltado*, Camus escreve sobre a arte e a criação como se compartilhassem as mesmas exigências éticas necessárias para uma vida estilizada, lúcida e engajada. O autor aproxima a arte de seus dois fenômenos primeiros, o *absurdo* e a *revolta*, passando por desdobramentos entre ambos. Por exemplo, sobre a *criação absurda*, em sua primeira fase, a verdadeira arte deveria externalizar o sentimento absurdo e sua razão; na *criação revoltada*, a arte vem suprir as exigências estéticas da revolta, e ambas, arte e revolta, realizam um movimento semelhante na transformação do mundo. Do pensamento camusiano extraímos os seguintes dados: 1) Diante do absurdo, cabe à humanidade se manter lúcida acerca dos muros que a cercam, a criação artística deve transparecer tal lucidez; 2) A paixão por unidade, entre homem e mundo, é uma espécie de impulso universal, também manifestado através da arte; 3) Para ser um grande artista é preciso, antes de tudo, ser um grande vivente; 4) A arte, exalta e nega o real ao mesmo tempo, construindo um projeto de transformação que não legitima nunca a morte ou o aniquilamento, nem pode suprimir completamente a natureza. Como um modo de avançar em seu pensamento, buscamos na concepção camusiana de Natureza a possibilidade de contato através de uma espécie de comunicação sensível entre homem e mundo. É a ideia de Natureza que permite ao homem superar a fracção entre ele o mundo sem a supressão de nenhum dos polos ou da tensão entre ambos, também é a Natureza que fornece material sensível para a criação, uma vida estilizada e lúcida mantém um contato muito próximo com os elementos naturais.

Palavras-chave: Arte; Revolta; Absurdo; Albert Camus.

O debate acerca da conciliabilidade entre a mente estendida e o enativismo

Gabriel Moreira Francisco

Mestrando em Filosofia [UFRGS]
mofranciscog@gmail.com

Resumo: A Teoria da mente estendida e o Enativismo são abordagens distintas da cognição corporificada que estão interessadas em compreender aspectos cognitivos sem pressupor um intermédio representacional. Há discussões a respeito das diferenças entre essas abordagens, e se essas diferenças caracterizariam uma relação de incompatibilidade. Desse modo, torna-se necessário evidenciar essas diferenças a fim de debater uma possibilidade de conciliação. Pode-se compreender bem essas teorias dentro de um movimento de estudos em resposta ao cognitivismo. O cognitivismo foi a concepção predominante nas ciências cognitivas, e adotou uma abordagem representacional ao defender que a cognição se caracteriza por realizar computações sobre representações. O movimento corporificado nos estudos da cognição defende que a cognição envolve as dimensões do ambiente imediato e do corpo, sendo estes indispensáveis para compreender as competências de conhecer e agir no mundo de um sistema cognitivo. Neste movimento, a Teoria da mente estendida e o Enativismo buscam compreender a cognição dessa maneira. Ambas procurariam desenvolver uma compreensão da cognição em termos corporificados, porém buscam fazer isso a partir de influências distintas, estas que se refletem na construção de seus quadros teóricos. A Teoria da mente estendida busca compreender certos aspectos da cognição em termos não representacionais, entretanto não abandona ou defende explicitamente uma rejeição da noção representacional para demais aspectos. Por outro lado, o Enativismo estabelece uma evidente negação das representações em sua abordagem teórica, e se coloca mais fortemente em oposição a esta noção chave para tradição cognitivista. É tema de debate se seria possível considerar uma integração entre essas duas abordagens, uma vez que as agendas de pesquisa de seus quadros teóricos encontram divergências que não deixam clara a compatibilidade entre as duas teorias sem uma prévia investigação. A partir disso, este trabalho busca discutir as razões contra e a favor encontradas na literatura para uma integração entre a Teoria da mente estendida e o Enativismo. Serão apresentados argumentos que discutem a relação de compatibilidade ou incompatibilidade entre as duas teorias, a fim de fazer considerações a respeito de suas diferenças e se estas seriam inconciliáveis.

Palavras-chave: Mente corporificada; mente estendida; enativismo; ciências cognitivas; cognição.

A perfeição das espécies na hierarquia das substâncias separadas: Tomás de Aquino, ST I q. 55 art. 3

Gabriel Pedreira de Freitas Catapano

Mestranda em Filosofia [USP]

Bolsista CNPQ

gabriel.catapano@usp.br

Resumo: A partir do terceiro artigo da Questão 55 da Primeira Parte da *Suma de Teologia* de Tomás de Aquino, visamos discutir a relação entre o modo de conhecimento das diferentes substâncias separadas finitas e sua respectiva hierarquização de acordo com os graus de perfeição, de modo a argumentar a hipótese interpretativa de que há uma relação de que quanto mais perfeita a inteligência, através de um menor número de espécies ela conhece tudo aquilo que ela conhece. Mostrar-se-á como o fundamento disso é a similitude crescente com Deus consoante se sobe na hierarquia, em que, neoplatonicamente, há uma orientação para que o superior tenha em maior unidade aquilo que no inferior há em maior multiplicidade, chegando-se, enfim, em Deus no qual há a absoluta unidade. No entanto, a redução das espécies através das quais se conhece não pode levar a uma correspondente redução nas coisas que são conhecidas, porque, como se justifica a partir da autoridade de Aristóteles, o superior conhece tudo aquilo que o inferior conhece. Defenderemos, pois, que a perfeição das espécies envolvidas no processo cognitivo envolve um descompasso entre o meio do conhecimento e aquilo que é conhecido mesmo fora do excepcional âmbito da ciência divina; descompasso esse que não está evidente no plano humano de conhecimento que, estando no ponto mais baixo das substâncias intelectuais, há a maior multiplicação possível das espécies através das quais se conhece. Apresentaremos, por fim, uma das dificuldades de seguir este raciocínio de Tomás: alhures (Q. 57, art. 2), em se tratando da ciência angélica do singular, o autor se contrapõe a posição averroísta de que as substâncias separadas apenas conhecem o singular através do seu estarem contidas em potencial nos universais meramente formais pelos quais conhecem, afirmando que elas conhecem o singular em si mesmo, *hic et nunc*, o que parece estar em conflito com a progressão cognoscitiva rumo a unidade das espécies crescentemente perfeitas através das quais se conhece.

Palavras-chave: Tomás de Aquino; substância separada; species; graus de perfeição.

A Doutrina da Essência na lógica de Hegel

Gabriel Rodrigues da Silva

Mestrando em Filosofia [UNESP]

Bolsista CAPES

gabriel.r.silva@unesp.br

Resumo: A lógica de Hegel é exposta primordialmente em sua obra *Ciência da Lógica* (publicada em 1812 pela primeira vez e republicada em 1832 após a revisão parcial de Hegel em 1831, poucas semanas antes de sua morte). Esta é conhecida entre os estudiosos por Grande Lógica. Também em sua obra *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Compêndio* (publicada em três diferentes edições em 1812, 1827 e 1830), conhecida entre os estudiosos por Pequena Lógica, Hegel expõe sua lógica. Na Grande Lógica, Hegel fornece uma exposição mais detalhada, minuciosa e rigorosa sobre a sua lógica e, conseqüentemente, sobre os conceitos que trataremos. Na Pequena Lógica, a abordagem ocorre de modo mais sucinto e assertivo, o que é próprio do caráter enciclopédico almejado por Hegel, que pretendia utilizá-la como uma espécie de manual de ensino para suas aulas. A primeira diferença que nota-se entre as exposições da Grande e da Pequena Lógica é justamente a discrepância entre os tamanhos delas. Certamente, essa diferença não é apenas quantitativa mas também qualitativa, pois uma exposição mais ampla ou mais reduzida, ainda que de um mesmo conteúdo, pode alterar qualitativamente e, portanto, influenciar diferentemente a experiência de compreensão do leitor. Ao nosso ver, enquanto a exposição da Grande Lógica ganha por sua miudeza e precisão nos detalhes, a exposição da Pequena Lógica, por sua vez, ganha na clareza e no emprego de uma linguagem mais compreensível. Desse modo, o uso conjunto das duas obras é benéfico e essencial aos pesquisadores e interessados. Como é sabido, a lógica de Hegel divide-se em três momentos principais: ser, essência e conceito. Cada um destes momentos possui sua peculiaridade, sua estrutura interna e seu desenvolvimento próprio. Hegel os aborda em seus livros homônimos, os quais são: *Doutrina do Ser*, *Doutrina da Essência* e *Doutrina do Conceito*. O objetivo desta comunicação é apresentar e debater o que é a *Doutrina da Essência*. Para isso, é claro, será necessário expor de modo geral o significado de cada um desses momentos e como eles se relacionam. Contudo, o enfoque será no papel exercido pela *Doutrina da Essência* na lógica de Hegel.

Palavras-chave: Hegel; Lógica; Metafísica; Ciência da Lógica; Doutrina da Essência.

Sobre a noção de Temporalidade em Albert Camus

Gabriel Villatore Bigardi

Doutorando em Filosofia [UFSCar]
gabrielvillatore@estudante.ufscar.br

Resumo: A presente comunicação visa a estabelecer as noções de Temporalidade na obra intitulada *O Primeiro Homem*, de Albert Camus, a partir da reconstrução dos movimentos presentes nas obras de sua primeira fase (denominada o Ciclo do Absurdo, em especial no ensaio filosófico *O Mito de Sísifo*) e de sua segunda fase (denominada o Ciclo da Revolta, em especial no ensaio filosófico *O Homem Revoltado*). Diante disto, busca remontar às possibilidades e precisões dessas noções na terceira fase (centralizada sob o conceito de Medida, através do Mito de Nêmesis), cujo romance inacabado, *o Primeiro Homem*, é sua principal representação. Para tal fim, a hipótese de trabalho de composição da tese visa a realizar: 1) A identificação e precisão do conceito de “Primeiro Homem” na obra de Camus; 2) A evidenciação das diferentes noções de Temporalidade na obra de Camus, marcadas pela noção do Absurdo na primeira fase (Temporalidade Absurda) e da Revolta na segunda fase (Temporalidade Histórica); 3) Precisar, a partir destas noções, a hipótese do estabelecimento da noção de Temporalidade como Mítica na terceira fase projetada por Albert Camus através da obra *O Primeiro Homem*; 4) Responder à problemática da possibilidade ou não de, a partir deste movimento da noção da Temporalidade presente na obra de Camus (Tempo Absurdo, Histórico e Mítico), estabelecer a reconstituição do Tempo através da Poética (no sentido lido pela Filosofia Contemporânea Francesa), enquanto centralizado pelo conceito da Existência do “Primeiro Homem”, em Albert Camus.

Palavras-chave: Albert Camus; Temporalidade; Absurdismo; Existencialismo; Filosofia Francesa Contemporânea.

As duas acepções de política na filosofia de Aristóteles

Giácomo Fioritti Leandro

Mestrando em Filosofia [UFSCAR]

Bolsista CAPES

gfioritti@outlook.com

Resumo: Já assinalou-se que a política, em Aristóteles, deve ser compreendida duplamente, a saber, enquanto ciência política e enquanto exercício político propriamente dito. Essa distinção, que é importantíssima reconhecer no pensamento aristotélico, nem sempre, todavia, é percebida com clareza. Isso porque o próprio Aristóteles não só não a expõe abertamente, como chega mesmo, ao contrário, a denominar identicamente aquilo que deveria ser discriminado. Na divisão entre os saberes da *Metafísica*, a ciência prática (πολιτική ἐπιστήμη, como é referida nos *Tópicos*) é chamada *διάνοια πρακτική*, “razão prática”. Isto é, razão prática é ali, portanto, uma capacidade de conhecimento que investiga o homem e a cidade, que investiga, pois, as *πρακτά*, por oposição às capacidades teórica e produtiva. Mas *διάνοια πρακτική* é, também, segundo o capítulo 2, livro VI, da *Ética*, uma outra capacidade, a saber, justamente a capacidade racional que tem como sua virtude a *phronesis*. O capítulo é problemático porque, após explicitar esse último sentido de *διάνοια πρακτική*, Aristóteles o opõe, aqui também, a uma razão teórica, além de mencionar uma razão produtiva, de modo a nos levar possivelmente a crer que se trata da mesma subdivisão estabelecida na *Metafísica*. Esta comunicação, portanto, busca discutir por que esses dois sentidos de razão prática devem ser diferentes – de um lado, a capacidade da razão de fazer ciência (ἐπιστημονικόν), de outro, a capacidade da razão de fazer cálculo (λογιστικόν) –, bem como discorrer sobre as consequências dessa distinção na mobilização conceitual que servirá de alicerce às suas duas acepções de política.

Palavras-chave: Aristóteles; política; ciência; deliberação.

Discurso ou êxtase? Sobre os limites do conhecimento humano em Platão

Giovanna Braz

Doutoranda em Filosofia [UFSCAR]

Bolsista CAPES

gik.braz@gmail.com

Resumo: Em alguns de seus diálogos, quando Platão trata da questão do conhecimento ele o faz vinculando-a às tradições dos Mistérios. São vários os contextos em que o filósofo desenvolve e se apropria dos modelos de iniciação (*telete*), aproximando a atividade filosófica da busca pela sabedoria às práticas religiosas destinadas ao êxtase, à purificação da alma e até mesmo sua salvação após a morte. Esta comunicação pretende questionar os limites do conhecimento humano na obra platônica destacando dois desses contextos, a saber, o que envolve a relação entre a filosofia e a morte no *Fédon*, e o que envolve a relação entre a filosofia e o amor no *Banquete*, onde são evocados, respectivamente, o êxtase báquico (*baccheia*) dos órficos e a contemplação (*epopteia*) dos mistérios eleusinos na descrição das últimas etapas da busca filosófica pelo conhecimento. Se por um lado no *Fédon* e na primeira parte da fala de Diotima, no *Banquete*, não há divergência quanto a aquisição da sabedoria estar para além das capacidades humanas, sendo o discurso (*logos*) o único meio para investigação das formas, por outro, a possibilidade de um contato suprassensível e supradiscursivo com os objetos do conhecimento, ou seja, sem mediação do *logos*, parece ser sugerida na última parte da fala da sacerdotisa, resultando numa possível contradição para qual os intérpretes admitirão três hipóteses interpretativas, que envolvem a oposição entre conhecimento imediato (ou intuitivo) e conhecimento proposicional.

Palavras-chave: Platão; discurso; êxtase; conhecimento; mistérios.

O conteúdo “secreto” de *A ideologia alemã*

Gisele Zanola Carvalho

Mestranda em Filosofia [USP]

Bolsista CAPES

gisele.carvalho@usp.br

Resumo: Em 1926, na primeira tentativa de organização dos manuscritos sobre Feuerbach de *A ideologia alemã*, de Marx e Engels, David Riazanov menciona ter revelado seu conteúdo “secreto”, a saber, a concepção materialista da história, interpretação esta consolidada na edição MEGA I/5, de 1932, dirigida por Vladimir Adoratskii. A partir disso, os manuscritos de *A ideologia alemã* passaram a ser considerados uma das principais fontes do chamado materialismo histórico-dialético, conjuntamente às Teses sobre Feuerbach, especialmente a décima primeira tese. Com a “virada filológica” dos anos 1990 dos estudos de Marx, foi possível, então, reavaliar o significado dos manuscritos em sua incompletude e, conseqüentemente, realizar uma crítica às edições político-partidárias desde Riazanov. O materialismo histórico passa a ser compreendido, portanto, como fruto de um extenso histórico de edições mais do que dos próprios autores, pondo em xeque a noção de que Marx e Engels elaboraram sistematicamente uma concepção materialista e dialética da história. Procurando distanciarmo-nos, por um lado, de uma leitura que prevê, com base no trabalho filológico, que os manuscritos jamais existiram enquanto partes de um projeto coeso e que, por isso, sequer seu nome deveria ser *A ideologia alemã*, e, por outro lado, distanciando-nos de uma leitura que visualiza nesses manuscritos a elaboração esquemática do materialismo histórico” pretendemos apresentar brevemente os problemas encontrados em ambas as posições.

Palavras-chave: Materialismo histórico; ideologia; história; histórico de edições; virada filológica.

As formas da vontade de verdade em Foucault

Gláucia Silva do Nascimento

Mestranda em Filosofia [UFSCar]

Bolsista CNPq

glau_cia.s@hotmail.com

Resumo: A comunicação tem por intuito propor um possível caminho interpretativo da vontade de verdade, a partir dos textos do início da década de 70, de Foucault. Como linha norteadora, propomos a questão: qual (ais) relação (ões) é (são) possível (eis) estabelecer entre vontade e verdade em Foucault? Balizaremos a exposição em três momentos. O primeiro momento indicará a origem histórica da vontade de verdade, localizada por Foucault em Platão, a partir do momento em que ele realiza a separação entre o discurso verdadeiro e o falso, e, nesse movimento desloca o uso da verdade. Os dois seguintes tratarão das formas da vontade de verdade, em seus desdobramentos históricos. Na segunda conferência de *A verdade e as formas jurídicas*, encontramos uma descrição empreendida por Foucault, dos elementos de saber, poder e verdade na história de *Édipo*. O autor mostra como a partir da descrição dos eventos, da criação de instrumentos, contidos na narrativa edipiana, teremos a ocorrência da exclusão mútua do saber e do poder a partir da constatação da impureza. Ela vai ocultar o saber e expulsar do poder e a verdade, por sua vez, funcionará como elemento que separa, exclui, o impuro da cidade, dirá Foucault em *Aulas sobre a vontade saber*. Somos tributários da forma como buscamos a verdade, dizemos a verdade, a partir de *Édipo*. Outra forma da vontade de verdade que abordaremos, versa sobre uma *política da verdade* identificada por Foucault em Nietzsche.

Palavras-chave: Foucault; vontade de verdade; saber; poder.

O primeiro esboço da fenomenologia de Husserl

Guilherme Felipe Carvalho

Mestrando em Filosofia [PUC-PR]

Bolsista CAPES

guilhermefelipe589@gmail.com

Resumo: O primeiro esboço da fenomenologia de Husserl tem o seu marco fundamental com a publicação de suas *Logische Untersuchungen*, de 1900/01. Nesta obra, a crítica ao psicologismo desempenha um papel basilar tanto no desenvolvimento da obra, quanto no amadurecimento da doutrina husserliana. O psicologismo, definido por Husserl como relativista em todos os seus sentidos, propõe uma fundamentação da lógica através da psicologia empírica. Para o autor, a tentativa de fundamentar a lógica sobre bases de ordem subjetiva significa anular por completo qualquer possibilidade de alcançar um saber seguro, de validade objetiva. Ao passo que as proposições lógicas contêm em si fatos verídicos, puramente ideais, as proposições oriundas da psicologia tratam de generalizações indutivas de fatos empíricos, ou seja, uma generalização vaga da experiência, segundo Husserl. Assim, enquanto a psicologia necessita da existência fática de seus objetos, a lógica não dispõe da mesma necessidade fundacional. Diante disso é que Husserl visa mostrar o caráter *a priori* da lógica, e rejeita a noção de que as leis que regem o pensamento são as mesmas leis que regem a natureza, pois tem de haver uma diferenciação clara entre o real e o ideal. Husserl não aceita, portanto, a tese psicologista e busca a construção de uma ciência apriorística e autônoma, especificamente uma lógica pura (*reinen Logik*), compreendida nos termos de uma doutrina-da-ciência (*Wissenschaftslehre*). Deste modo, o que busca Husserl é a elaboração de uma disciplina cuja característica é a de constituir-se enquanto o fundamento de toda ciência, na garantia da cientificidade a todas as demais ciências. Neste sentido, a fenomenologia, em sua primeira versão, tem a tarefa de apresentar-se enquanto uma disciplina auxiliar à lógica pura.

Palavras-chave: Edmund Husserl; Psicologismo; Lógica pura; Fenomenologia.

Sobre a possibilidade de conhecimento do real por meio da arte: algumas mudanças da mecânica quântica e da relativista à mecânica clássica

Hugo Leonardo de Quadros e Tonon

Doutorando em Filosofia [UFSCar]

Bolsista Capes

hugotonon@live.com

Resumo: Dentre todas as capacidades humanas as de perceber e expressar padrões estão entre as mais admiráveis. Entretanto, enquanto a ciências e a filosofia são atribuídas as capacidades de conhecer o cosmos, o ser humano e ao próprio modo de conhecer, a arte é atribuída apenas a capacidade de expressão de uma dimensão da subjetividade humana. Isso se deve aos modos de concepção e expressão de seus sentidos, tidos como essencialmente diversos; se por um lado, a filosofia e a ciência operam a análise do real através do pensamento consciente, impessoal e reflexivo, a arte opera através de um olhar inconsciente/irrefletido, pessoal e imaginativo. Para cientistas clássicos como Newton, Laplace e Kelvin, a ciência pode conhecer o universo físico em sua totalidade, ao ponto de dispender qualquer outra forma de expressão que lhe for diversa, como a arte, por exemplo. Contudo, tanto a partir da relatividade do tempo e do espaço, quanto da incerteza da dimensão quântica, temos contato com dimensões da realidade cuja as lógicas não são diretamente apreensíveis à lógica da reflexão humana. Tais dimensões obrigam os cientistas a expandirem os limites das relações de seus pensamentos e de suas linguagens com o mundo a novas formas, as quais são muito semelhantes às formas que os artistas operam. Pretendemos demonstrar, portanto, as mudanças de relação que os cientistas modernos possuem com o real frente ao posicionamento dos cientistas clássicos, para então comparar com os modos de concepção e expressão de sentido operados pelo artista. No caso, confrontaremos as relações que Einstein e Heisenberg estabelecem com o real frente às relações de Newton, Laplace e Kelvin; posteriormente compararemos as relações dos cientistas modernos com as que Vincent van Gogh estabelece com o real ao produzir suas telas entre 1888/89. Acreditamos poder, assim, apresentar argumentos científicos que embasem a expressão de conhecimento através da arte e apresentar um exemplo profícuo de tal possibilidade.

Palavras-chave: Epistemologia; Estética; Conhecimento; Expressão.

Nietzsche e a genealogia biográfica dos pensamentos de *Humano, demasiado humano*

Igor Alves de Melo

Doutorando em Filosofia [UFRJ]

igormelorj@gmail.com

Resumo: O propósito da comunicação é discutir alguns aspectos da genealogia biográfica dos pensamentos publicados em *Humano, demasiado humano*. O objeto da discussão é a crítica de Nietzsche à moral metafísica na filosofia moderna. Além de *Humano*, formam o escopo textual da comunicação as cartas e os comentários retrospectivos de Nietzsche sobre sua própria filosofia, bem como a história do comentário sobre o tema. No primeiro momento, apresenta-se o contexto histórico de surgimento das principais fontes de *Humano* no período de juventude do autor. No segundo momento, busca-se levantar as ocasiões que teriam constituído a gênese do processo criativo da referida obra, bem como o papel que as amizades do autor teriam desempenhado na concepção e formulação das ideias pela primeira vez publicadas. Uma vez considerada a confissão de Nietzsche de que a secreta oposição de *Humano* se dirige a Schopenhauer, busca-se defender a hipótese de que essa oposição seria, na verdade, duplamente secreta, visto que o valor da moral em Schopenhauer constituiria os pressupostos da genealogia de Paul Rée, a quem também se dirigiriam, portanto, as críticas ocultas de *Humano*. A exemplo de Rée, demonstra-se que Nietzsche vê em Schopenhauer um dos casos mais paradigmáticos em que se pode verificar o defeito de partir do homem atual e involuntariamente imaginá-lo como uma verdade eterna, um animal fixado, a forma fixa de que se deve partir. Embora muitas das ideias e concepções de *Humano* tenham nascido já nos anos iniciais de juventude do autor, conclui-se que a estadia em Sorrento, junto ao pequeno grupo de amigos, “uma espécie de claustro para espíritos livres”, teria contribuído decisivamente para formular e lapidar os contrapontos de Nietzsche à moral metafísica.

Palavras-chave: Nietzsche; Schopenhauer; Paul Rée; Genealogia biográfica; *Humano, demasiado humano*.

Perspectiva eticista da justiça redistributiva em Kant

Indalécio Robson Paulo Pereira Alves da Rocha

Mestrando em Filosofia [UFPR]

indalecio.rocha@catolicasc.org.br

Resumo: Os intérpretes *eticistas* defendem que a posição ou opinião de Kant na enigmática passagem de sua *Doutrina do Direito* (MS 6:326) em que afirma que os ricos devem provisão aos pobres é compatível com seu sistema moral como um todo, mas não a justificam no sistema jurídico kantiano. Assumem tal posição por interpretarem a filosofia jurídica kantiana como tão somente negativa, impossibilitando uma abordagem diretamente jurídica acerca da positividade própria às noções modernas de justiça social. Essa é essencial na medida que tal tipo de justiça interfere positivamente na vida civil regulando aspectos sociais e econômicos de bem-estar social em contraste com visões tradicionais de filosofias políticas liberais (similar ao modo da regulação pelo mercado, pela sua “mão invisível” – de Smith) ou filosofias políticas libertarianas (como as de matriz estadunidense de Nozick e Rand). Identificam que o fundamento para a provisão dos pobres e conseqüentemente para a justiça redistributiva é ético ou político, no sentido de que Kant teria se baseado em uma legislação moral ética (beneficência ou benevolência) ou no contrato social, vontade geral ou princípios da publicidade para afirmar a redistribuição e provisão. Por meio dessas principais noções filosóficas cria-se a rede sistemática necessária para atribuir positividade à justiça redistributiva vislumbrando em especial o imperativo categórico em sua generalidade, principalmente a fórmula da humanidade. Dessa maneira, ou identificam inconsistência jurídica e política sistemática na posição ou opinião de Kant sobre a legalidade (externalidade) da justiça redistributiva; ou então tentam atenuar a característica latitudinal dos deveres éticos de benevolência ou beneficência e atribuir caráter de perfeição e externalidade jurídicas ao então denominado dever de provisão ou suporte aos pobres. Tal abordagem acaba por tornar-se perigosa por tender a confundir os móbeis éticos ou políticos e jurídicos, o que permitiria ampla margem para que governos despóticos regulassem a vida civil em seus aspectos privados mais íntimos e assim diminuíssem a liberdade jurídica das pessoas. São representantes desse grupo: Rosen (1993); Dutra (2005) e Gilibert (2010).

Palavras-chave: Ética; direito; justiça; redistributivismo; despotismo.

O conhecimento como um estado cognitivo-informacional na abordagem de Dretske

Isabele Vieira Salsmam

Mestrando em Filosofia [UNESP]

Bolsista CAPES

isabele.salsmam@unesp.br

Resumo: Vivenciamos a era da informação. Após a revolução tecnológica do século XX, o conceito de informação passa a ser cada vez mais investigado na filosofia. Fred Dretske propõe uma abordagem informacional para temas referentes à epistemologia, ciência cognitiva e filosofia da mente. Seu objetivo principal é desenvolver um vínculo teórico-conceitual entre filosofia e ciência cognitiva, com o auxílio do arcabouço conceitual da sua teoria da informação. Baseado no trabalho de Shannon & Weaver, o filósofo desenvolve uma perspectiva voltada para questões semânticas da informação, emergentes do processo comunicativo. O pensador visa compreender a estrutura do sinal e o conteúdo informacional das mensagens particulares que transitam neste sinal. A informação é entendida, em um primeiro momento, como *commodity* objetiva capaz de gerar conhecimento, independente de processos cognitivos. No entanto, o agente capaz de capturar este tipo de informação é quem atribui significado aos eventos provenientes desta. Portanto, a informação também deve desempenhar um papel semântico, pode servir de base para processos cognitivos como o conhecimento, por exemplo. A principal diferença entre conteúdo informativo e conteúdo semântico diz respeito à maneira como ambos são capturados. No caso do primeiro, trata-se de uma captura no sentido analógico, sem filtros. Já no segundo caso, a captura é realizada de forma digital, filtrada, possibilitando processos cognitivos capazes de sustentar o conhecimento. A partir deste estudo, Dretske desenvolve uma caracterização de conhecimento. Para ele, conhecimento é crença verdadeira causalmente sustentada por informação. O objetivo da presente exposição é expor os principais aspectos da noção de conhecimento de Dretske. Para atingirmos esta finalidade, inicialmente expomos a noção de informação no autor para, em seguida, apresentarmos sua noção de conhecimento.

Palavras-chave: Informação; Conhecimento; Cognição.

A correspondência entre a relação eu-outro das *Meditações Cartesianas* e a relação mundo-natal-mundo-estrangeiro dos manuscritos de 1929-1933 (Hua XV)

Israel Rossi Milhomem

Mestrando em Filosofia [USP]

Bolsista FAPESP

israel.milhomem@usp.br

Resumo: Pretende-se, com esta comunicação, estabelecer uma investigação comparativa entre duas chaves de conceitos husserlianos, a saber, a relação entre o eu e o outro, elaborada nas *Meditações Cartesianas* (1929), e a relação entre o mundo natal e o mundo estrangeiro, elaborada no livro *Zur Phänomenologie der Intersubjektivität: Dritter Teil*, especialmente nos manuscritos que vão de 1929 até 1933. Embora as duas chaves conceituais estejam em discussões teóricas divergentes, defendemos que é possível estabelecer uma relação de correspondência entre elas, na medida em que as duas se assemelham em três características estruturais: a anterioridade, a analogicidade e a intercambialidade. Como aporte teórico, a presente comunicação traz duas interpretações divergentes acerca da relação entre as duas chaves conceituais: a tese continuísta de Klaus Held, que se encontra em seu artigo *Heimwelt, Fremdwelt, die eine Welt* (1991), e a tese descontinuísta de Anthony Steinbock, que se encontra em seu livro *Home and Beyond: Generative Phenomenology after Husserl*. Assim, pretendemos mostrar que, apesar de divergentes, as duas posições são complementares para a compreensão deste paralelismo conceitual, pois, de um lado, aponta-se para o aspecto do “como-se” [*wie wenn*], de outro, aponta-se para o aspecto da codependência. Ao fim e ao cabo, nosso intuito é mostrar que, apesar das *Meditações Cartesianas* ser apenas um dos possíveis desenvolvimentos acerca da temática da intersubjetividade transcendental em Husserl, tal obra possui um lugar paradigmático para a compreensão da questão.

Palavras-chave: Husserl; *Meditações Cartesianas*; Manuscritos de 1929-33; Eu-outro; Mundo-natal-mundo-estrangeiro.

Elementos Fundamentais do Estruturalismo e Pós-Estruturalismo

Ítalo Nascimento

Doutorando em Filosofia [PUC-RJ]

Bolsista CAPES

ItaloOri@gmail.com

Resumo: A filosofia no século XX realizou sua trajetória sob a égide da linguagem. Grande parte dos problemas filosóficos foram colocados e realocados a partir da constituição de sentido da relação do humano com o mundo através da linguagem, de Wittgenstein a Foucault, por exemplo. Nesse domínio, a abordagem estruturalista teve espaço privilegiado no pensamento recente. Este trabalho tem o objetivo de elucidar alguns pressupostos gerais das abordagens estruturalistas e pós-estruturalistas, ou seja, pensar seus instrumentos de análise fundamentais e princípios norteadores. Para tanto, foi selecionado o texto de Roland Barthes *Elementos de Semiologia* (1964) que traça um espaço de conceitos fundamentais do estruturalismo e da semiologia. Através dessa referência, a genealogia do estruturalismo é encontrada na linguística de Ferdinand Saussure, que apresenta o elemento linguístico do signo como unidade analítica fundamental. O estruturalismo é conhecido não por sua coesão epistêmica de grupo de autores, nem por uma área de conhecimento delimitada, a diversidade é regra. Portanto, com o objetivo de entender o estruturalismo como uma abordagem mais geral, para além da linguística, Gilles Deleuze é um interlocutor valioso para determinar o campo geral de problemas e princípios. Nesse sentido, seu texto *Em que se pode reconhecer o estruturalismo?* (1972) Serve de referência tanto para delimitar um plano geral de ferramentas analíticas que extrapolam o paradigma da linguagem verbal, quanto para compreensão do estruturalismo na tradição da filosofia francesa recente e da geração tomada posteriormente como pós-estruturalista.

Palavras-chave: Estruturalismo; Linguagem; Signo; Semiologia; Pós-estruturalismo.

Uma confrontação entre Hegel e Heidegger: um entendimento sobre a modernidade

João Gabriel Gomes Paixão

Mestrando em Filosofia [USP]

Bolsista FAPERJ

jgabrielpaixao@gmail.com

Resumo: Esta comunicação deseja fazer um estudo comparativo entre Hegel e Heidegger, elencando os seguintes temas: a relação de cada autor com a história; a diferença entre subjetividade e *Dasein*; o status da categoria Ser e sua implicação para o idealismo alemão ou para a fenomenologia. Para Hegel, a história – seja a factual, seja também a história da filosofia – é um desenvolvimento evolutivo contínuo, sempre progredindo, o que é por sua vez fundamentado na própria ontologia do sujeito histórico, o espírito. Neste sentido, a filosofia da história hegeliana termina por ser a constatação do apogeu civilizatório do mundo ocidental moderno. A figura que determina este apogeu é a subjetividade, tema de toda a filosofia moderna: trata-se do sujeito racional autodeterminado, livre, autônomo, como centro e fundamento do conhecimento e, em última instância, de todo o universo. Heidegger, ao contrário, buscou, em certa medida, ser a inversão do hegelianismo. Para o autor de *Ser e tempo*, é o início como fundação de um marco histórico o que é determinante na história, e não sua progressão. Ao contrário, é em função da riqueza do início que o desdobramento posterior é sempre visto como decadência. Por isso, a história do Ocidente não é a de seu apogeu, mas de sua decadência em relação aos gregos. Por sua vez, a subjetividade, como figura da modernidade, corresponde a uma auto-objetificação e reificação do ser humano, a qual Heidegger contrapõe ao *Dasein*. *Dasein* supõe um modo de ser mais indeterminado e também um modelo de autotranscendência, na qual está sempre em relação mútua com o Ser que o transcende. O que está em questão nas diferenças entre Hegel e Heidegger é a questão histórico-política do status e do poder do Ocidente moderno: um idealizador do apogeu da modernidade ocidental, por um lado, e um grande opositor e crítico, por outro.

Palavras chave: Hegel; Heidegger; Modernidade; Subjetividade; *Dasein*.

***Fake news* como dispositivo discursivo-narrativo: retomando um estudo de caso de Lyotard**

Jonas Mur

Mestre em Filosofia [UNIFESP]

Bolsista CAPES

jmur_br@yahoo.com.br

Resumo: Esta comunicação apresenta aspectos da linguagem e do desejo a partir de Jean-François Lyotard no intuito de refletir criticamente o recente fenômeno ideológico das *fake news* e da pós-verdade. Pouco explorada no Brasil, a obra de Lyotard é geralmente analisada pelo prisma da estética ou da política; interpreto-a, entretanto, a partir de um novo prisma: a filosofia da linguagem ou o assim denominado *linguistic turn*. Entre os seus livros *Discours, figure* (1971) e *Économie libidinale* (1974) – ambos sem tradução – tem-se a noção de “espaço figural” e “signo tensor”, enquanto irrupção, avesso, fora da linguagem, e que excede os limites do sistema lógico-linguístico, isto é, do circuito interno do sentido e da representação. Elaborar-se, por um lado, uma filosofia do desejo – ou uma metafísica pulsional – a partir de bases freudo-marxistas e do nietzscheanismo de Deleuze e Klossowski; por outro lado, uma reflexão de Lyotard sobre a linguagem se serve da linguística da enunciação de Benveniste e da narrotologia de Genette. Diante disso, penso que o fenômeno das *fake news* e uma certa condição da pós-verdade podem ser reexaminados ao se retomar uma análise de discurso feita por Lyotard a partir de um comunicado à imprensa que relata a morte de um militante francês, Pierre Overney, no interior da fábrica Renault em 1973. Esse dispositivo discursivo-narrativo revela singulares efeitos libidinais (afetivos) e de sentido (comunicacionais) como os “acontecimentos intensivos”, o “nome próprio” e o “signo tensor”, os quais operam como condutores afetivo-comunicacionais no corpo social. Tais mecanismos merecem agora ser confrontados para se apurar o que há de usual e inédito da produção ideológica veiculada nas mídias digitais com as suas respectivas tecnologias de manipulação e desinformação.

Palavras-chave: Lyotard; filosofia francesa contemporânea; fake news; pós-verdade.

Interpretando obras de ficção: uma abordagem enativista-ecológica

José Carlos Camillo Castro Neto

Doutoranda em Filosofia [UFG]

Bolsista FAPEG

jose.camillo@discente.ufg.br

Resumo: Seguindo a ideia de que os organismos mantêm sua coerência interagindo com o ambiente e que, ao fazê-lo, tornam-se criadores de sentido, os enativistas têm argumentado que em um ambiente social emerge o *sensemaking* participativo. Nesse caso, o significado emerge da interação entre os membros de uma comunidade. É importante destacar que o grau de participação de cada indivíduo no *sensemaking* participativo dependerá do tipo de atividade que está acontecendo. Por exemplo, em uma sala de aula de ensino médio mais tradicional, embora alunos e professores participem do *sensemaking*, o professor orienta a produção de sentido do aluno. Assim, pode-se dizer que o professor tem uma participação mais destacada no processo de *sensemaking*. Curiosamente, foi argumentado que o oposto acontece no caso da ficção. Alguns enativistas têm argumentado que o receptor tem uma participação mais proeminente na produção do sentido da ficção quando comparado ao produtor da obra ficcional. Assim, tem sido endossado, em abordagens enativistas, que a interpretação de qualquer ficção depende, em última análise, de seu receptor. Nesta apresentação, essa perspectiva será chamada de supremacia do receptor. O objetivo deste trabalho é argumentar que essa perspectiva está equivocada. Para construir tal argumentação, quatro etapas serão seguidas. Primeiramente, será apresentada a compreensão enativista da linguagem. Atenção especial será dada à explicação de como o *sensemaking* participativo pode funcionar na interpretação. Em segundo lugar, serão discutidos os argumentos para a perspectiva enativista chamada de supremacia do receptor. Na terceira etapa, serão apresentados dois argumentos para a rejeição da supremacia do receptor: 1) a interpretação errônea do personagem ficcional indica que o produtor cria formas de constranger a construção de sentido pelo receptor, e 2) as regras sociais tendem a enfatizar a intenção do autor. Por fim, acoplando ao enativismo uma perspectiva da psicologia ecológica, será argumentado que o produtor da ficção estabelece restrições que limitarão as possibilidades interpretativas do receptor. Dessa forma, o processo interpretativo de uma obra ficcional é um esforço colaborativo envolvendo seu produtor e receptores, sendo que nesse esforço, o receptor não tem uma participação mais importante que o produtor.

Palavras-chave: Interpretação; Ficção; Enativismo; Psicologia Ecológica; *sensemaking* participativo.

Entre a obrigação e o esquecimento, um olhar ateniense sobre a Guerra Civil

José Eduardo Pimentel Filho

Doutorado em Filosofia [UFRJ]

jose.filho@ifpr.edu.br

Resumo: A Guerra Civil (*stasis*) não é um fenômeno desprezível para aqueles que pesquisam a vida e o pensamento dos gregos clássicos. Ela aparece em inúmeras passagens de filósofos, artistas e historiadores dos séculos V e IV a.C. O próprio Platão dedicou muitas páginas da *República* e das *Leis* pensando em como construir uma utopia que fosse imune a ela, onde a paz e o consenso seriam fortes o suficiente para evitar as violências que o filósofo, provavelmente, testemunhara nas ruas de Atenas durante a Tirania dos Trinta e sua respectiva resistência. Porém, bem mais realista do que Platão, Sólon (o legislador) compreendeu que se a *stasis* não podia ser evitada, seria então necessário e racional legislar sobre ela. E parte desta legislação é encontrada na *Constituição de Atenas* (Capítulo 8, 4-5), na qual Aristóteles nos informa: “vendo que a cidade era constantemente atravessada por conflitos internos, mas que alguns cidadãos por negligência preferiam deixar o acaso decidir quem sairia vitorioso, então ele [Sólon] instituiu uma lei específica quanto a isso: aquele que em um conflito deflagrado na cidade não tomar armas por algum dos partidos, será condenado à atimia (infâmia) e não fará parte da cidade”. E se a *atimia* foi pensada para punir os que não tomaram partido na *stasis*, no sentido oposto estão os que dela participaram; para esses a lei ateniense também propôs um instrumento: a *anistia*. Esta seria o perdão que os combatentes receberiam posteriormente pelos malefícios, pelos excessos e pelos traumas causados aos seus concidadãos durante a guerra civil. O filósofo italiano Agamben aponta que a *anistia* só serviria de fato como um instrumento de superação dos horrores da guerra civil se fosse encarado como um esquecimento frente às más lembranças, um esquecimento do rancor e do ressentimento (*mnesíkakos*) forjados durante a *stasis*. A proposta desta comunicação vai no sentido de entender como a *stasis* pôde, no mundo grego, ser balizada, segundo Agamben, por “dois interditos, perfeitamente coerentes entre si: por um lado, não tomar parte dela é politicamente recriminável, e por outro, esquecê-la quando terminada é um dever político”.

Palavras-chave: *Anistia*; *Atimia*; *Stasis*; Grécia.

Sobre as condições de cientificidade da teologia segundo Ockham

Júlia Rodrigues Molinari

Mestranda em Filosofia [USP]

Bolsista CNPq

julia.molinari@usp.br

Resumo: Na primeira questão do prólogo de sua *Ordinatio*, Guilherme de Ockham discute sobre a possibilidade de se apreender com evidência certas verdades da teologia. A questão destaca que algumas dessas proposições não podem ser apreendidas evidentemente de forma natural, pois são verdades contingentes cujo conhecimento evidente pressuporia um tipo de apreensão chamada de “notícia intuitiva”, que por sua vez estaria impedida para os homens no seu estado de vida presente. Disso pode-se concluir que a teologia não pode ser considerada uma ciência em sentido estrito, já que ela não cumpre os requisitos necessários para ser dita como tal, a saber, que o conhecimento científico é definido como um “conhecimento evidente de uma verdade necessária, produzido pelo conhecimento evidente de premissas necessárias aplicadas pelo raciocínio silogístico.” No entanto, Ockham afirma que é, em teoria, possível haver um conhecimento evidente abstrativo de certas verdades reveladas, ainda que apenas em condições “sobrenaturais” - isto é, se Deus, enquanto causa primeira, causar diretamente a apreensão no intelecto. A partir disso, a segunda questão do prólogo coloca a pergunta: se a notícia evidente das verdades da teologia pode ser uma ciência propriamente dita. Seria possível a teologia operar de forma dedutiva, tomando a apreensão abstrativa de Deus como um termo dentro do raciocínio silogístico? Deus pode ser objeto de um conhecimento científico em sentido estrito? O problema passa por pelo menos duas considerações principais: primeiro, a definição da expressão “ciência propriamente dita” e de quais proposições se encaixam nessa categoria, e segundo, se a nossa apreensão abstrativa evidente de Deus pode ser objeto dessa operação intelectual descrita como “ciência”. Neste trabalho, procuraremos analisar alguns argumentos da questão.

Palavras-chave: História da filosofia medieval; Guilherme de Ockham; escolástica; conhecimento científico; notícia evidente.

Saci-pererê necessariamente existe? A relevância dos contra-argumentos ontológicos à versão modal de Alvin Plantinga

Leandro Alves da Silva

Doutorando em Filosofia [UFPR]

leandroalvessilva@ufpr.br

Resumo: Esta comunicação tem como objetivo uma avaliação da relevância argumentativa dos contra-argumentos ontológicos elaborados para invalidar a versão modal de Alvin Plantinga. Algumas críticas têm sido elaboradas, em desfavor do argumento ontológico modal de Plantinga, utilizando-se uma abordagem dialética com contra-argumentos, nos quais busca-se provar a existência de entidades arbitrárias ou ainda a inexistência de um Ente de máxima grandeza. Assim, os contra-argumentos podem ser divididos em: a) paródias do argumento ontológico; b) argumentos ontológicos para provar o ateísmo. No primeiro caso, segue-se a tradição iniciada por Gaullinon de Marmoutier e o exemplo da ilha perfeitíssima, elaborando argumento ontológicos que provam a existência de entidades arbitrárias, cujo exemplo mais significativo é o ente insuperavelmente mal de Michael Tooley - importante interlocutor de Plantinga. Aparentemente, os contra-argumentos apresentados demonstram deficiências de natureza metafísica, na medida em que não investigam a possibilidade quiditativa dos entes supostamente concebidos. Por exemplo, qualquer ente de natureza contingente possui quididade incompatível com a estrutura do argumento: um saci-pererê que existe necessariamente implica contradição (a própria lenda afirma que saci é um ente contingente). Uma estratégia mais eficiente seria justamente questionar a possibilidade de se conceber um Ente maximamente grandioso ou insuperável. Provavelmente, a resposta de Plantinga seria a de que, apesar de não conseguir demonstrar que um Ente maximamente grandioso é possível, não é irracional admitir tal possibilidade. Porém, há um importante derrotador dessa proposta nos argumentos ontológicos para provar o ateísmo, a saber, a possibilidade da inexistência em um Ente maximamente grandioso. Dito de outra forma, em pelo menos um mundo possível o Ente maximamente grandioso não é atual, o que invalidaria a premissa plantingana de que esse Ente possui existência necessária. Uma resposta que poderia ser dada, com inspiração em Leibniz, seria apontar que, se o Ente por si não é possível, o próprio ato de existir deixa de ser possível. Negar o Ente por si é negar o ser no seu sentido genérico.

Palavras-chave: Alvin Plantinga; Argumento Ontológico Modal; Contra-argumentos; Epistemologia Reformada.

A “medicalização da loucura”: Um embarque à deriva da Nau dos Loucos

Leticia Lages Assunção

Mestranda em Psicologia [UFPA]

Bolsista CAPES

leticialages97@gmail.com

Resumo: O artigo pretende analisar como as práticas de saber, poder e subjetivação produziram/produzem o louco e a loucura na contemporaneidade, através de discursos e práticas de medicalização excessivas – enquanto condução para uma normalidade que enquadra até chegar em limites aceitáveis socialmente. As problematizações são corroboradas por cursos de Michel Foucault como: *O poder psiquiátrico* (1974) e *Os anormais* (1975), e as obras *História da Loucura: na idade clássica* (1961) e *O Nascimento da Clínica* (1963), para então alcançar um elo entre os caminhos traçados em direção ao adestramento da loucura – no sentido de condução dos corpos pelo controle, até às práticas autoritárias de medicalização da loucura, enraizadas e socialmente aceitas por meio dos domínios de saber-poder, em nome da normalidade e da racionalidade como única via da verdade a ser seguida prioritariamente. Desse modo o objetivo a ser atingido é o de investigar esse percurso histórico de “adestramento da loucura”, como resultado de processos construídos historicamente, mediante uma esfera da visibilidade (a qual a medicina se assegurou para definir padrões de normalidade), pautada em discursos científicos privilegiados, e de um saber-poder médico capaz de situar o louco e a loucura no centro dos jogos de verdade e de poder. Contudo, a política da loucura tomou para si o poder de definição sobre tudo e todos, tornando a “medicalização da loucura” um embarque à deriva da Nau/Nave dos loucos (acontecimento histórico singular) que ao fortalecer uma indústria da normalidade enclausura os ditos anormais na terra do internamento – com a imposição de várias faces estigmatizadas na condução e controle dos comportamentos. Portanto, o socialmente aceito é mais favorável frente aos discursos e práticas medicalizantes autoritárias, porém atrelo essa medicalização da loucura a um “governar da loucura” – no sentido de conduzi-la até o seu ponto final, encerrando-a, e não no sentido de extinguir a medicalização e todo o avanço da ciência e da saúde, não se faz aqui uma ode à loucura, mas uma tentativa de impor limites também para práticas medicalizantes excessivas e excludentes, cujo a forma assumida seja de uma enorme peneira silenciadora do não-recomendado a sociedade.

Palavras-chave: Loucura; Medicalização; Normalidade; Práticas; Governar.

Considerações sobre a Economia Política em *Les mots et les choses*

Lívia Francisco Arantes de Souza

Doutoranda em Filosofia [UFSCar]

Bolsista CAPES

liviafsouza@gmail.com

Resumo: “Por que Foucault mobiliza de forma tão exclusiva a Economia Política?”: esta interrogação está presente em um artigo de Jean-Yves Grenier e André Orléan, cujo objetivo é situar a maneira como Foucault relaciona a Economia Política ao aparecimento de um novo tipo de poder e como ele propõe uma reflexão sobre os efeitos políticos do liberalismo econômico. Eles tomam como base os cursos que o filósofo francês ministrou no Collège de France nos últimos anos da década de setenta, *Sécurité, Territoire, Population* (1978) e *Naissance de la biopolitique* (1979). Os autores afirmam que a Economia Política é central no trabalho foucaultiano, embora, para eles, ela seja abordada apenas para desaparecer, para tornar-se um instrumento intelectual que ensejou uma grande transformação na razão governamental. Com a proposta de entender o papel desempenhado pela Economia Política no percurso de Foucault, consideramos que o debate fica ainda mais interessante se recuamos e nos concentramos no papel que ela ocupou em *Les mots et les choses* (1966). Nessa obra, a Economia Política é fundamental para a descrição que Foucault oferece da época moderna e está entre os três saberes que ofereceram as condições de possibilidade para a emergência do homem como objeto de conhecimento. Além disso, algumas considerações sobre condições de possibilidade das ciências humanas feitas em *Les mots et les choses* são retomadas por Foucault nos estudos genealógicos que ele desenvolveu nos anos 70, no Collège de France, para tratar das tecnologias de poder que caracterizam as sociedades modernas. Desta forma, esse trabalho tem o objetivo de trazer elementos do estudo arqueológico de Foucault nos anos 60 sobre a Economia Política para dialogar com as considerações de Grenier e Orléan sobre o assunto e refletir sobre os movimentos na trajetória do autor.

Palavras-chave: Economia Política; Modernidade; Arqueologia; Genealogia.

Heidegger e a compreensão ontológica da linguagem

Lucas Rafael Justino de Moraes

Mestrando em Filosofia [UnB]

Lucasrafaeljustino.1@gmail.com

Resumo: Esta apresentação faz um breve apanhado da estrutura ontológica da linguagem que Heidegger defende a partir das leituras que realiza de Aristóteles, com a intenção de demonstrar o espaço fundamental que o λόγος, entendido fundamentalmente como “fala” por Heidegger, ocupa na determinação do ser e de suas categorias. O filósofo alemão fazia uma espécie de releitura da ontologia aristotélica. O sentido do λόγος como fala a partir do entendimento de Heidegger permite demonstrar uma lógica que não é exatamente a lógica proposicional clássica, mas lógica como investigação filosófica sobre a capacidade de enunciação. Essa enunciação se apresenta como uma força que é capaz de organizar as coisas do mundo, de juntar e separar, de conectar e relacionar. Mais do que ferramenta, a lógica torna-se uma maneira de observar o ser de outra maneira, pois ser e lógica são inseparáveis, dado que a lógica faz parte da determinação do ser. Ao final, é possível perceber que a leitura de Heidegger sobre o λόγος abre espaço para expandir-se o que é compreendido como linguagem, fala e enunciação. A linguagem ganha um caráter ontológico anterior à linguística ou à sonoridade dos idiomas, sendo entendida como o estabelecimento de conexões fundamentais que podemos observar, participar ou realizar como seres humanos, mas cuja existência está além de uma dependência humana.

Palavras-chave: Heidegger; Linguagem; Lógica; Ontologia.

Breves notas sobre meio ambiente e tecnologia na filosofia prática de Gerd Bornheim

Lucas Taufer

Doutorando em Filosofia [UNICSUL]

Bolsista CAPES

Itauffer1@gmail.com

Resumo: A finalidade desta comunicação é apresentar a abordagem da filosofia prática de Gerd Bornheim sobre tópicos de meio ambiente e de tecnologia, bem como de seus entrelaçamentos. Na primeira parte, nos ocuparemos em mostrar o impasse gestado ao longo da crise do projeto burguês, e inscrito nos desígnios da crise da metafísica ocidental, entre duas categorias *prima facie* antitéticas de racionalidade e como cada uma delas apreende o sentido dos fenômenos naturais, o que será a base para a definição lançada pelo autor da configuração dos aspectos ambientais tomados enquanto um caso político, cujos desdobramentos, inclusive existenciais, são radicalizados pelas idiossincrasias epocais hodiernas. Resgataremos também a problematização conceitual da natureza como compreendida nas diversas fases do desenvolvimento da história da filosofia ocidental, de modo a sustentar a íntima conexão entre o evoluir da modernidade e da ciência e as concepções de natureza a ele respectivas. Em seguida, exporemos alguns dos apontamentos elaborados pelo autor sobre como essas vinculações entre o desempenho da tecnologia e suas interconexões com o meio ambiente emergem no cotidiano social e como transformam-se em demandas urgentes e efetivas de uma agência moral, ética e politicamente inteligente e responsável na contemporaneidade, fazendo com que a pedagogia posteriormente mencionada seja algo inexorável, uma questão elementar da própria condição humana atual. Na sequência, realizaremos alguns apontamentos sobre as concepções de estudo da tecnologia, embora em tudo distintas, e ainda que ambas incompletas, complementares de certo modo, como quer Gerd, e que caracterizam-se no emergir da filosofia contemporânea. Finalmente, tentaremos mostrar como a tecnologia transforma, em seus próprios estatutos ontológicos, os âmbitos teóricos e práticos do viger do homem, de seu pensamento e sua ação, de modo a restar claro o que o autor pretende com sua postulação de uma necessária “educação pela máquina”, ou seja, uma pedagogia da responsabilidade humana, a qual passe pelas linhas da compreensão dos sentidos da interação do homem com a natureza e dos homens entre si nessas complexas relações, e a qual possa propiciar a construção de perspectivas de superação de formas insuficientes e unilaterais compreensão, vinculadas estreitamente àquelas noções de racionalidade anteriormente mencionadas.

Palavras-chave: Gerd Bornheim; Drama Burguês; Tecnologia; Meio Ambiente; Responsabilidade.

Os Proêmios nas *Leis* de Platão e a Obediência às leis

Luciana Valesca Fabião Chachá

Mestra em Filosofia [UFRJ]

Bolsista CAPES

tudesmaria@yahoo.com.br

Resumo: *As Leis* são consideradas como uma das últimas ou a última obra de Platão. Nesse diálogo, ele reúne três personagens, o Estrangeiro de Atenas, Clínias e Megilo cada um representando uma cidade famosa por sua legislação, a saber, Atenas, Creta e Esparta a fim de conversarem sobre legislação e formas de governo (625a-b). Durante essa conversa, descobrimos que Clínias foi incumbido por sua cidade a fundar uma colônia (702b-d) e os três personagens resolvem fundar uma cidade no discurso (702e). Nesse sentido, o Estrangeiro de Atenas, personagem principal do diálogo e quem conduz a discussão, considera que a legislação e a fundação da cidade têm por fim não apenas regular a vida em comunidade, mas também tornar seus cidadãos virtuosos (708c-d). Ora, a fim de ser exitoso nessa missão, é mister que os cidadãos sejam obedientes às leis. Como convencer os cidadãos, sem o uso da força, a seguirem os preceitos da lei? Uma das maneiras encontradas é preceder a função normativa de um proêmio. Assim, a lei deveria ser composta por duas partes, a saber, o comando legal propriamente dito e o proêmio, que teria a função persuasiva de modo que o cidadão aprendesse rápida e favoravelmente os comandos da lei e, portanto, fossem obedientes às leis (722e-723b). A presente comunicação tem por fim discutir acerca do estatuto dos proêmios e sua relação no que tange à obediência às leis. Uma das correntes (Bobonich) defende que os proêmios fornecem uma explicação racional às leis, ou seja, o proêmio fornece uma justificativa que pode ser analisada pelos cidadãos. Já uma outra corrente (Stalley) defende que os proêmios têm uma função meramente exortativa. Eles atuam nas partes irracionais da alma, como um encantamento, tornando os cidadãos dóceis e obedientes às leis através de meios retóricos e não por recorrer a algum tipo de explicação racional. Por fim, pretendemos apresentar algumas críticas às posições anteriormente mencionadas e desenvolvermos uma posição que acreditamos seja mais afim ao texto platônico.

Palavras-chave: História da Filosofia; Filosofia Antiga; Filosofia Política; Ética; Platão.

Autenticidade em Kierkegaard como Superação da Heteronomia

Lucidio Conzatti Junior

Mestrando em Filosofia [UCS]

Bolsista CAPES

lcjunior@ucs.br

Resumo: É costume gerar curiosidade, entre os não familiarizados com a obra de Kierkegaard, o uso das expressões *ético e estético* por este autor. Não há nelas paralelo com as escolas convencionais que procuram tratar a arte, o belo e o sublime, sob ponto de vista filosófico. Não há elaboração sobre o que seria a estética nem uma tentativa de estabelecimento de sistema estético, para além de reflexões sobre música, tragédia, e algumas comparações ou dissecações de meios de expressão artística. Da mesma forma, o tratamento que é dado ao tema da ética, passa pelas assunções dos ritos e deveres da coletividade, de seu tempo e local. O autor, mordazmente faz ventriloquismo com um juiz, para exprimir um conjunto de normas vigentes que são valoradas através de avaliação, julgamento. Ética é vista como peso a suportar, contas a pagar, não como a boa vida. Há, em Kierkegaard, a opção por um modo de manifestação na existência definido por ele como uma espécie de “viver estético”. Da mesma forma, o Ético em Kierkegaard está longe de tentativa de conceituação de algum sistema normativo, sequer há descrição detalhada, senão pistas possivelmente contraditórias, expressas pelos pseudônimos. Suas concepções se aproximam da ideia Kantiana, de uma ética como dever lateral, para com o outro e não para si. Tanto os elementos estéticos como os éticos estão fora do ser, portanto heterônomos. A partir da dialética entre a existência hedonista e o modo ético, parece restar evidente que este embate entre os modos de estar no mundo, antes de criar uma síntese, aparentemente são descartados como possibilidade de uma boa vida universal. O conceito de existência apresentado por Kierkegaard necessita de uma escolha posicional radical em seu *estar no mundo*, e esse processo de escolha é afetado por categorias heterônomas. O antídoto para o desespero que gera o alheamento do ser para si, é o mergulho do ser na sua própria originalidade, seu princípio fundador. A libertação da heteronomia e suas posições no mundo, representadas como modo ético, ou estético, se dá pelo encontro do ser com a autenticidade.

Palavras-chave: Autenticidade; Desespero; Ética; Estética; Kierkegaard.

A teologia hobbesiana e a tradição subterrânea de Althusser

Luiz Felipe Sousa Santana

Doutorando em Filosofia [UFSCar]

Bolsista CAPES

l.felipes.santana@gmail.com

Resumo: Longe de ser apenas uma estratégia de sua filosofia dos corpos civis, as considerações teológicas de Thomas Hobbes (1588-1679) expressam o pano de fundo corpuscular do epicurismo ressurrecto que se apoderava do século XVII. Para Louis Althusser (1918-1990), a atomística hobbesiana é marcante na sua concepção de direito natural com o vazio como ausência de obstáculo no estado de natureza, e no entrechoque dos indivíduos que provoca a guerra de todos contra todos. Mas a interpretação de Althusser não toca no campo teológico político no qual as obras de Hobbes estão chafurdadas. Ou seja, a hermenêutica que Althusser aplica ao Deus spinozano, no seu provisório “A corrente subterrânea do materialismo do encontro” de 1982, não é aplicada com o mesmo vigor ao Deus hobbesiano. Trataremos desse Deus, que é corpo infinito, e que pode contribuir para aprofundar a dinâmica e a natureza da tradição subterrânea traçada pelo marxista francês. Para tanto, não destacaremos o *Do Cidadão* (1642) ou as partes *I* e *II* do *Leviatã* (1651) como propõe Althusser, mas as ignoradas partes *III* e *IV* do *Leviatã* e a resposta que Hobbes dirige às acusações que sofreu de ateísmo por John Bramhall (1594-1663). É nelas que Hobbes declara sua ontologia materialista por uma ferramenta hermenêutica que é sua exegese bíblica precisa e exotérica.

Palavras-chave: Materialismo; Teologia; Hobbes; Epicuro.

A metafísica descritiva de Strawson: um estudo sobre análise gramatical

Lyon Alves

Mestrando em Filosofia [UNISINOS]
alves_lyon@outlook.com

Resumo: P.F. Strawson (1919-2006) é considerado um dos grandes filósofos da era de ouro de Oxford; sua contribuição para a lógica, linguagem, metafísica e responsabilidade moral é de grande valor e central no debate em diversos autores contemporâneos por diversos aspectos. Em 1968 Strawson assumiu a cátedra Waynflete de Filosofia Metafísica em Oxford, curso que ele ministrou até o ano de sua aposentadoria em 1987 e para o qual elaborou uma série de lições introdutórias que compõem o livro intitulado *Analysis and Metaphysics: an Introduction to Philosophy*, com tradução para o português por Armando Mora de Oliveira; o conteúdo de seu curso busca apresentar um trio departamental, ou seja, um vínculo entre lógica, epistemologia e ontologia por meio de uma análise gramatical. Neste trabalho pretendo investigar a concepção de Strawson sobre o que ele denomina metafísica descritiva, tendo como base a pergunta sobre de que modo sua teoria se distancia da noção da filosofia como terapêutica, para a qual o autor considera a obra Wittgensteiniana, e como o trio departamental se sustenta na sua perspectiva metafísica. O método de pesquisa será por meio de análise bibliográfica de duas das principais obras de Strawson, a saber, *Análise e Metafísica: uma introdução à filosofia*, e *Indivíduos*, esta última considerada a sua principal obra em metafísica. As análises permitem afirmar que Strawson está interessado em reinterpretar autores centrais na filosofia analítica e metafísica à luz do que ele compreende por metafísica descritiva, distanciando-se de uma visão terapêutica da linguagem que busca, segundo ele, uma independência ontológica total; Strawson defende a armação que a linguagem ordinária possui ao ter por base a estrutura conceitual em cujos termos pensamos sobre particulares, armação esta que é uma unificação da ontologia, lógica e epistemologia. Em síntese, pode-se indicar que a teoria metafísica de Strawson é uma contraposição à metafísica revisionista, e sua defesa de uma análise gramatical pressupõe uma abertura para o uso linguístico na qual uma teorização deve considerar os aspectos gerais não atômicos dos elementos particulares utilizados na investigação analítica.

Palavras-chave: Metafísica; Análise gramatical; Terapêutica; Filosofia analítica.

Algumas notas sobre a *síntese transcendental por meros conceitos* do método da filosofia crítica de Kant

Marcelo Aparecido Vieira

Doutorando em Filosofia [UFSCar]

Bolsista CAPES

marceloa_vieira@yahoo.com.br

Resumo: A Doutrina Transcendental do Método, embora exposta em poucas páginas no final da *Crítica da razão pura*, possui importância fundamental para entender o método de prova que cabe à filosofia crítica e a toda filosofia que pretenda ser ciência. Apesar dessa importância, nem sempre reconhecida pelos intérpretes de Kant, é difícil compreender em que consiste a proposta do método crítico. A DTM distingue inicialmente o método da matemática por construção de conceitos, próprio da matemática, e a análise de conceitos, que caberia à filosofia. Significaria que Kant exclui de vez a síntese na filosofia, reservando a síntese ao método de construção de conceitos na matemática? Se for assim estaríamos diante de uma dicotomia quanto ao método crítico, não dogmático: ou construção de conceitos na matemática, ou análise de conceitos na filosofia. Schelling critica a proposta kantiana seguindo a linha interpretativa da dicotomia; para sanar o que considera o impasse kantiano, propõe, como alternativa, a construção de conceitos na própria filosofia. Já que o método da filosofia kantiana lidaria apenas com análises de conceitos sem relação com uma intuição, segundo sua interpretação. Queremos mostrar, no entanto, que não se trata de uma dicotomia, pois Kant propõe para a filosofia uma síntese transcendental por conceitos como chave do enigma para fazer da filosofia uma ciência rigorosa. Ponto pouco destacado pelos comentadores na literatura kantiana, essa síntese por conceitos é a chave para entender o próprio método de prova adotado por Kant ao longo da *Crítica*. Momento indispensável para entender essa síntese transcendental por conceitos é o conceito de *coisa em geral*, que deve fazer o papel da intuição sensível para haver uma síntese no uso discursivo da razão. Queremos mostrar que Kant não estava restrito a uma questão dicotômica (*síntese*-construção de conceitos X *análise*-desmembramento das notas de um conceito), mas sim, tricotômica, cujo terceiro termo seria a *síntese transcendental por conceitos*, ignorada por Schelling.

Palavras-chave: Uso discursivo da razão; Filosofia crítica; Síntese transcendental; Doutrina da construção; Filosofia da Identidade.

Do antagonismo entre o Governo e o Soberano no *Contrato Social* de Jean-Jacques Rousseau

Marcelo Ferreira Junior

Mestrando em Filosofia [UFSCar]

Bolsista CAPES

marceloferreira@estudante.ufscar.br

Resumo: O presente trabalho tem como principal objetivo, em linhas gerais, expor uma análise da relação conflitante de duas noções centrais da teoria política de J.-J. Rousseau, a saber, as concepções de *Governo* e de *Soberano*, tal como definidas na obra *Do Contrato Social* (Livro III). Para Rousseau, a legitimidade da constituição do corpo político deve fundar-se na soberania da vontade geral do povo. Essa, por sua vez, para que possa transitar da generalidade que lhe é característica para as atividades particulares, é preciso a instituição de alguma forma de governo, isto é, de “um corpo intermediário” através do qual a vontade geral possa ser expressa em atos particulares; é ele, o governo, que deve então agir como um “depositário” da força pública. No entanto, é precisamente esse mesmo corpo, necessário por dar “movimento” ao corpo político, que atua, segundo Rousseau, “incessantemente contrário” à vontade geral, exercendo um “esforço contínuo contra a própria soberania” até que todo o Estado chegue eventualmente à sua própria ruína. Assim resumido, é a partir desse chamado “vício inerente” do governo – nas palavras do filósofo – que o presente trabalho planeja abordar os meios pelos quais o pensamento político do autor do *Contrato* pensa a possibilidade de estabelecer condições que impeçam, ou ao menos adiem, a morte inevitável do corpo político.

Palavras-chave: Rousseau; Política; Contrato Social; Governo; Soberania.

Inconsciente Estético, Poder Simbólico e Capitalismo Artista

Márcio Marques de Carvalho

Mestrando em Filosofia [UNIFESP]

Bolsista CAPES

mmcarvalho@unifesp.br

Resumo: A fim de compreender o processo em a subjetividade assume proeminência na contemporaneidade, pretende-se elaborar possíveis cruzamentos entre os conceitos de poder simbólico, capitalismo artista e inconsciente estético segundo as obras de Pierre Bourdieu, de Gilles Lipovetsky e Jean Serroy, e de Jacques Rancière respectivamente. Dado que o poder simbólico atua como o principal instrumento de integração social, sendo capaz de invisibilizar o arbitrário cultural e garantir a manutenção da ordem vigente, o capitalismo passou a usar como estratégia se dirigir à sensibilidade, assumindo a função historicamente atribuída à arte de mobilizar as dimensões imaginárias e emocionais. Adotando a conversão de capital econômico em capital simbólico como uma de suas principais estratégias. A proeminência da subjetividade no capitalismo atual se revela por indícios heterogêneos, como a supressão das diferenças entre economia e cultura, real e virtual, produção e representação, que Lipovetsky e Serroy reúnem sob o termo Cultura-Mundo. Seduzida por uma ideologia que promete a reinvenção contínua dos modos de vida, a sociedade contemporânea parece operar num regime de pensamento que não é mais centrado no racional, mas sim nos afetos. Se evidencia a crise do regime representativo que mantinha o saber sob o domínio da história e da razão. Através de uma revolução estética, passou a vigorar uma nova hermenêutica em que o saber se define como um afeto que se impõe sem se explicar. Uma modalidade de operação do inconsciente propriamente estética, típica do pensamento artístico, que recentemente vem sendo instrumentalizada pelo capitalismo para sobrepujar seus evidentes prejuízos sociais e ecológicos. A confluência entre o Inconsciente Estético, o Poder Simbólico e o Capitalismo Artista contribui para os paradoxos da contemporaneidade, em que fatores subjetivos, muitas vezes irracionais, incoerentes e desregulamentados influenciam decisivamente na organização social.

Palavras-chave: Capitalismo artista; Cultura-mundo; Poder Simbólico; Valor simbólico; Inconsciente estético.

Técnica e Experiência: notas sobre a retórica no *Górgias* (462b-465d)

Marcos Tadeu Neira Miranda

Doutorando em Filosofia [USP]

Bolsista CNPq

marcos.tadeu.miranda@usp.br

Resumo: A passagem do *Górgias* (462b-465d) que aqui se examinará é um *makrologos* de Sócrates, em que ele articula os elementos dispersos na discussão anterior com Górgias em uma perspectiva abrangente da retórica. Para dizer sumariamente, Sócrates (a) insere a retórica no âmbito de uma atividade que ele denomina “adulação” (*kolakeia*), cujas partes se dividem consoante ao objeto a que se dedicam (corpo/alma), mas que essencialmente é um simulacro (*eidôlon*) das técnicas; (b) ele descreve as atividades adulatórias como vergonhosas e más, pois são voltadas para o prazer e não para o melhor (*to beltiston*) do corpo e da alma, ao passo que as técnicas cuidam do melhor e da boa compleição (*euexia*) do corpo e da alma; (c) não obstante não zele pelo melhor, a *kolakeia* produz uma aparência de boa compleição, e essa aparência é uma ilusão que faz com que as atividades adulatórias gozem de prestígio; (d) a retórica é a parte da *kolakeia* que simula uma parte da técnica política: enquanto a legítima técnica política cuida do *beltiston* da alma, a retórica é uma *empeiria* de produção de certo deleite e prazer; (e) e, sendo uma *empeiria*, ela não pode ser denominada *technê*, notadamente por uma razão que é desenvolvida em 465a2-6, qual seja, uma técnica, ao contrário de uma experiência, possui *logos* da natureza daquilo a que se aplica ou daquilo que aplica, isto é, é capaz de dar *logos* do objeto sobre o qual se debruça, sendo que esse *logos* se constitui como explicação causal daquilo que trata. Não satisfazendo esse critério, a retórica é circunscrita a uma experiência e rotina (*empeiria kai tribê*). Discute-se, sobretudo, a articulação das razões para circunscrever a retórica ao domínio da experiência, retirando-lhe o status de *technê*: o fato de a retórica voltar-se ao prazer e não ao bem, ou ao melhor, é fator determinante para excluí-la do campo técnico? Qual a articulação entre o *telos* visado pela retórica e a sua suposta incapacidade de “dar um *logos* causal” da natureza da coisa? Pretende-se nessa comunicação examinar essa questão no contexto da definição da retórica como pseudotécnica política.

Palavras-chave: Platão; Técnica; Experiência; Retórica; Política.

O tempo da consciência na filosofia bergsoniana: reflexões sobre a memória como legitimadora do fluxo da vida interior no pensar literário

Maria Ester Martins Silva

Mestranda em Filosofia [UNESP]

Bolsista CAPES

ester.martins@unesp.br

Resumo: A discussão que será feita aqui se dedica a pensar especificamente o tempo da consciência como duração interior, pois buscamos apresentar a memória como justificação primordial do tempo da consciência. Deste modo, nosso estudo se volta para a forma da expressão do real que é tratada no pensamento bergsoniano, por meio de uma subjetividade voltada para a temporalidade interior, consciente de si. Assim, tentaremos entender como o papel do artista, do literato, e o do filósofo, podem estar relacionados na forma de expressão da realidade. A começar pelo movimento do pensamento, o devir, o movente, o fluxo interior que a memória tem o poder de remeter, e o processo de pensar e escrever na literatura que atualiza o nosso eu, reconhecendo nossos sentimentos e emoções. Neste sentido, vinculamos filosofia e literatura na medida em que abordamos o tempo da consciência no pensar literário. Como a memória aparece como um elemento importante dentro da filosofia bergsoniana do tempo, a literatura influenciada por esta filosofia tem como papel principal o de exprimir a descrição dos mais profundos sentimentos dos personagens fictícios. Pensar a arte literária vinculada à memória, neste processo interior movente, faz-nos pensar também na vida como exigência de criação. A virtualidade do passado promove, portanto, a criação artística na vida daquele que cria, por exemplo, que retira de dentro de si mesmo toda a potência criadora surgida através da emoção que seu movimento interior temporal provoca. A coexistência entre o passado e o presente imita o fluxo da duração contínua, como também o fluxo de pensamento que a mente humana conserva.

Palavras-chave: Tempo da Consciência; Duração. Memória; Criação; Emoção Criadora.

Honra, cavalaria e duelo: a polidez nas maneiras do cavalheiro britânico

Mariana Dias Pinheiro Santos

Mestranda em Filosofia [UFS]

Bolsista CAPES

marianadps4ntos@gmail.com

Resumo: Um dos pontos comentado por autores como David Hume, Bernard Mandeville, Lorde Kames etc., para caracterizar nações civilizadas consiste na oposição que elas possuem em relação à barbárie e aos modos rudes. Ao menos em parte, o nascimento da cultura de cavalaria, para esses autores, contribuiu para que as maneiras dos homens começassem a ser formadas na medida em que eles se tornam capazes de admirar, cuidar e exaltar as mulheres como seres que, pela sua fragilidade, merecem ser colocadas na mais alta consideração; de modo que, em determinado momento, a convivência com jovens damas seria capaz de polir a sensibilidade dos homens. Ainda que, como afirma Addison, o ponto de honra do cavalheiro fosse a sua coragem, é digno de nota que, com o desenvolvimento da cultura de galanteria, ao lado de outras maneiras civilizadas, é possível observar uma troca da noção de uma honra desmedida que facilmente culminaria em um duelo, por uma honra que se evidencia através da polidez – afinal, a cultura de duelo passa a ser vista como uma maneira rude proveniente de um baixo desenvolvimento do controle das paixões, coisa que autores desde Locke observarão como uma grande vergonha para os praticantes de tais disputas. Diante disso, o objetivo do presente trabalho consiste em apresentar de que maneira as noções de honra, cavalaria e duelo contribuíram para a formação das maneiras dos cavalheiros considerados polidos na Grã-Bretanha setecentista. Para isso, recorrer-se-á aos textos de filósofos que interpretaram e discutiram essas noções (como Ferguson, Adam Smith, e os autores supracitados) e comentários de eventos capazes de delinear a relação dos britânicos com esses debates como, por exemplo, a fundação da *Order of the Bath* (ordem de cavalaria fundada por Robert Walpole no século XVIII) e a reação aos casos judicializados de brutalidade masculina com mulheres. Espera-se, com isso, contribuir para o entendimento da noção de polidez britânica – tomada como uma rica chave interpretativa capaz de explicar esse recorte histórico-temporal.

Palavras-chave: Filosofia moral; honra; polidez; cavalaria; duelo.

Sobre as concepções de história em Nietzsche e Heidegger para a potencialização da existência: um avanço para o início

Marianne Conceição de Souza Girard

Mestra em Filosofia [UFPE]
marigirardg@gmail.com

Resumo: Desde a modernidade que o fenômeno da História se mostra pertinente para entender o que é a filosofia. A História enquanto chave de compreensão não apenas da filosofia, mas do que é propriamente humano é uma ideia que surge com intensidade no pensamento filosófico contemporâneo, sobretudo no escopo da obra nietzschiana, na fenomenologia e na filosofia hermenêutica. Tendo isso em vista, a apresentação tem como proposta um diálogo (e talvez um confronto) entre as concepções de História em Nietzsche e Heidegger. O trabalho divide-se em duas partes: em um primeiro momento, haverá a exposição do que Friedrich Nietzsche compreende por história na *Segunda Consideração Extemporânea* (1874) e a interpretação heideggeriana desse escrito. Nesse primeiro texto em análise, Nietzsche divide em uma estrutura triádica os tipos de história: a monumental, a tradicionalista e a crítica. Falarei brevemente sobre esses tipos e mostrarei a diferença já presente nesse texto dos termos alemães *Historie* e *Geschichte*, traduzidos para o português apenas por “História”. Em sua obra capital *Ser e Tempo* (1927), Martin Heidegger faz um retorno explícito a essa consideração nietzschiana no §76. Se inspirando em seu predecessor, o fenomenólogo alemão buscará dar uma unidade a ideia de História. A historiografia é apresentada como uma derivação da historicidade, que, por seu turno, está fundada na temporalidade ekstática de cada *Dasein*. Visando complementar Nietzsche, Heidegger descreve argumentativamente como os tipos de história outrora sistematizados estão unificados na temporalidade do ente humano. Após a apresentação das noções de História em Nietzsche e Heidegger, pretendo, na segunda parte do trabalho, desenvolver a questão: de que maneira uma compreensão holística (e, ao mesmo tempo, perspectivista) do que é ser histórico e do que é a historiografia pode nos ajudar a aumentar nossa potência de ação no mundo?

Palavras-chave: História; potencialização da existência; Nietzsche; Heidegger.

Presença, ausência e memória no *Banquete* de Platão

Mateus Lima dos Santos

Doutorando em Filosofia [UFSCar]
mtslima42@gmail.com

Resumo: O *Banquete* de Platão, assim como o de Xenofonte, faz parte de um gênero literário expressamente reconhecido por Aristóteles na *Poética* (1447b): o “discurso socrático (Σωκρατικοὺς λόγους)”. Apesar de ambos tratarem do mesmo assunto, i.e., as ações “memoráveis (ἀξιομνημόνευτα)” de Sócrates, há diferenças fundamentais concernentes ao modo como se desdobra cada “narrativa (διήγησις)”. Se, por um lado, Xenofonte afirma estar ele próprio presente nas ocasiões em que Sócrates agira de forma memorável, Platão, por outro, oculta-se e as ações memoráveis de seu mestre são narradas por personagens que não estariam diretamente presentes nas circunstâncias descritas. Esta comunicação tem a pretensão de, através do exame das primeiras linhas dos textos supracitados, propor uma reflexão em torno da relação entre três elementos que envolvem tais discursos: o narrador, a narrativa e a memória do fato narrado. Desdobrar-se-á, tal empreendimento, sob a ótica das reflexões platônicas acerca do tema das formas adequadas para o narrar e o fazer poéticos expostas no terceiro livro da *República* (III 392-393). Na realidade, tentar-se-á explorar, por meio da comparação entre as duas obras, o seguinte problema: embora Platão reconheça formas mais legítimas que outras em relação ao narrar poético, ele próprio parece ignorá-las na composição de seus diálogos.

Palavras-chave: Platão; poesia; memória; mimese.

Da pós-verdade à virada ontológica: sobre o *passo em falso* do Realismo Especulativo

Matheus Barbosa Rodrigues

Doutorando em Filosofia [UNIFESP]

Bolsista FAPESP

matheus_b_rodrigues@hotmail.com

Resumo: Nas últimas duas décadas, uma tendência nova vem se afirmando na filosofia ocidental. Embora não configure um movimento homogêneo, o “realismo especulativo” se define por uma agenda comum, a saber, superar o “correlacionismo” em filosofia, ideia segundo a qual apenas acessamos a correlação entre pensamento e ser, nunca um termo considerado sem o outro (Meillassoux, 2006). Em paralelo, e é isto que nos interessa, o movimento é associada a um *fundo histórico* que forneceria sua *justificativa ético-política*. Por um lado, trata-se do diagnóstico de que a “era do correlato”, relativa à filosofia dos dois últimos séculos, teria contribuído para o descrédito generalizado que atinge a ciência e questões de fato. Por outro lado, trata-se de prescrever como remédio a reabilitação do realismo, fazendo desta *tarefa ontológica*, assim, imediatamente uma *tarefa política*. A finalidade da presente apresentação é colocar em questão o *passo* que vai da “virada ontológica” em filosofia ao problema político da “pós-verdade”. Ao nosso ver, este é um *passo em falso*, que corre o risco de contribuir justamente com aquilo que era preciso combater. A partir do livro de Bruno Latour, *Onde aterrar? – como se orientar politicamente no Antropoceno* (2017), demonstraremos como mais do que um *fenômeno ontológico* ligado à “era da correlação”, o negacionismo diz respeito à *situação geopolítica* relacionada com a *questão climática* e com a *decisão de elites político-econômicas de negá-la*. Sob a luz dos bastidores do negacionismo climático, requalificar o “real” passaria pelo combate contra a indústria da desinformação, bem como contra os agentes que a financiam. Com efeito, ao converter esse combate em uma empreitada ontológica, corremos o risco de desviar o foco dos verdadeiros alvos, terminando por dedicar nossos esforços ao ataque de “espantalhos” filosóficos. Nesse sentido, nosso objetivo não é descredenciar as críticas ao correlacionismo, mas abrir um debate de natureza *geofilosófica*. Trata-se de apontar a exigência de reavaliar o *passo* que liga a ontologia aos desafios políticos do tempo presente, isto é, de reavaliar o fundo geopolítico e histórico que atravessa as diferentes iniciativas que compõem o realismo especulativo.

Palavras-chave: Realismo especulativo; virada ontológica; pós-verdade; questão climática, negacionismo.

Freud e o desamparo: uma análise a partir das primeiras publicações psicanalíticas

Micaela Arisa Washimi

Mestranda em Filosofia [UFSCar]

Bolsista CAPES

micaela.washimi@gmail.com

Resumo: Desamparo foi a tradução escolhida em português-brasileiro para a palavra alemã *Hilflosigkeit*, empregada por Freud desde suas primeiras publicações psicanalíticas. Em 1892, no escrito “Um Caso de Cura por Hipnose”, o autor faz alusão ao desamparo por meio do uso da palavra *hilflos*, traduzida como desamparado. Nesse contexto, ela é utilizada para descrever uma característica observada nos enfermos histéricos, a saber: ser inevitável que eles se encontrem submetidos aos conflitos representacionais e, conseqüentemente, à compulsão. Subseqüentemente, o termo desamparo é mencionado por Freud na obra escrita em conjunto com Breuer no período de 1893 a 1895, “Estudos sobre Histeria”. Ao relatar o caso de Elisabeth Von R., ele é empregado duas vezes para indicar o estado impotente em que se encontra a jovem de 24 anos após as consecutivas perdas em seu núcleo familiar. Nota-se que, nesses primeiros textos, a ideia de desamparo não parece fazer qualquer referência direta aos conceitos psicanalíticos desenvolvidos até então pelo autor; ela apenas denota uma situação aparentemente irremediável. Todavia, uma mudança significativa a esse respeito é perceptível no manuscrito de 1895, “Projeto de uma Psicologia”. Nele, o termo desamparo é utilizado para assinalar a condição inicial de todo ser humano, que, devido a sua constituição biológica, está impossibilitado de sobreviver sem os cuidados dispensados por um outro. Freud demonstra que é somente por meio de uma ação específica realizada por esse indivíduo auxiliador que o recém-nascido consegue acessar o objeto real, o qual aplaca sua tensão interna advinda dos estímulos endógenos. Observa-se que o desamparo passa a se relacionar com conceitos psicanalíticos centrais, estando na base do funcionamento psíquico. Ele constitui o plano de fundo para a vivência de satisfação primária e, conseqüentemente, associa-se aos processos primário e secundário, posteriormente explorados na obra “A interpretação dos Sonhos”, de 1900. Nela, o termo desamparado é, novamente, utilizado. No entanto, desta vez, ele parece referenciar à situação caracterizada por Freud no manuscrito de 1895. Considerando a relevância dessa mudança para a compreensão do termo no contexto psicanalítico, busca-se reconstituir o sentido de desamparo no início da obra freudiana, pretendendo-se, desta forma, delimitá-lo conceitualmente.

Palavras-chave: Desamparo; Psicanálise; Freud; Metapsicologia.

Alternativas ao problema do Absurdo em Albert Camus: suicídio físico, suicídio filosófico e revolta

Michelle Ferreira de Lima

Mestranda em Filosofia [PUC-PR]

Bolsista CAPES

filosofia.michelle@yahoo.com.br

Resumo: Albert Camus desenvolve uma antropologia filosófica, a qual exprime um conceito de homem centrado na necessidade de regressar à estética, para então, fornece uma resposta ao problema da absurdidade da existência, que conduz à questão do suicídio, como problema filosófico por excelência. Nesse cenário, a Revolta surge como posição filosófica coerente, como duplo movimento de ação que implica em afirmação (no sentido de criação), e negação (no sentido de recusa ao niilismo e ao suicídio). Para Camus, a revolta assemelha-se ao movimento que acontece nas artes, na noção de escolha consciente entre eleger e descartar elementos durante a composição. Esse ato de criação é transposto como modelo de criação para a vida, como um “esculpir em argila”, em resposta ao problema da existência. Em meio a esse contexto, será tratado apenas sobre o primeiro aspecto, que se refere ao problema do absurdo, objetivando definir o absurdo como solo a partir do qual serão desenvolvidos os conceitos seguintes em resposta a ele. Para tanto, são abordados temas como o sentimento do absurdo, a noção ou ideia do absurdo e as alternativas ao problema proposto: suicídio físico, suicídio filosófico e revolta. Depois de percorrer esse trajeto de raciocínio, Camus deduz que o suicídio é diferente da revolta por não representar desenlace lógico, a revolta não renuncia, mas reivindica, enquanto o suicídio como salto acaba em aceitação em seu limite máximo, tudo se torna consumado e o homem se precipita na morte. “À sua maneira, o suicídio resolve o absurdo. Ele o arrasta para a própria morte. Mas eu sei que, para manter-se, o absurdo não pode ser resolvido. Recusa o suicídio na medida em que é ao mesmo tempo consciência e recusa da morte”. Entre aniquilar o corpo ou aniquilar o pensamento, a maior honestidade reside na escolha de não optar pelo salto, manter-se nesse local deserto, porém, consciente. Ao rejeitar a morte, consciência e revolta configuram recusas que exprimem o contrário da renúncia. Nesse sentido, o absurdo traz lucidez acerca da realidade, e a partir dele, a revolta como encorajamento a experimentar a liberdade para criar a vida.

Palavras-chave: Absurdo; suicídio físico; suicídio filosófico; revolta.

A filosofia-cinema de Deleuze: a criação de novos modos de existência

Natália Santos de Jesus

Mestranda em Filosofia [UNIFESP]
29natalias@gmail.com

Resumo: Ao longo da obra sobre cinema que nos é apresentada por Gilles Deleuze vemos o quanto essa arte está, e sempre esteve intimamente ligada com a política, e de maneira mais específica com a produção de subjetividades. Fosse sendo a “arte das massas” e se colocando em função de regimes políticos totalitários como o nazismo, através de Leni Riefenstahl por exemplo, ou até mesmo do imperialismo norte americano, por meio de Hollywood. O cinema da imagem-movimento mostra-nos incansavelmente os clichês, afim de produzir e corroborar com um determinado tipo de subjetividade que é cativo da maneira de viver que já (re)conhecemos, que não nos permite ver e ouvir as coisas tais quais elas são, que não nos inspira liberdade, mas sim um modo de vida que está a todo momento subjugando e sendo subjugado, nos levando inevitavelmente à Guerra. Por outro lado, a imagem-tempo ao ultrapassar a imagem-movimento e dar-nos justamente imagens (no sentido propriamente bergsoniano e godardiano do termo), mostra o quanto o cinema inspira novos modos de existência. A criação daquilo que é novo. Virtuais, que estão a espera de um encontro decisivo com o pensamento, como nos é mostrado em especial no segundo tomo, através da emancipação do tempo no cinema. Para que novos modos de vida possam passar, é necessário deixar vir à tona algo até então impensado.

Palavras-chave: Deleuze; Cinema; Criação; Modos de existência.

Dever de assistência e concentração de vacinas contra COVID-19 pelos países ricos: análise à luz do direito dos povos

Nelson de Lima Damião

Mestrando em Filosofia [UFSJ]

nelsonldamiao@gmail.com

Resumo: A distribuição de vacinas contra a doença COVID-19 provoca questionamentos sobre desigualdade entre os povos. Países ricos compraram e estocaram doses muito além de suas necessidades, provocando sua falta nos países periféricos. Dados da OMS demonstram que estes países apresentam baixa cobertura vacinal, comprometendo acima de tudo o direito à vida de suas populações. Este trabalho analisará este fato sob o conceito de dever de assistência de John Rawls expresso em *O Direito dos Povos*, no qual aplica à sociedade dos povos a ideia do contrato doméstico, exposto em *Uma Teoria da Justiça*. Para integrarem a sociedade dos povos, Rawls estabelece oito princípios que devem ser expressos por eles, aqui destacados o sexto: honrar os direitos humanos, e o oitavo: os povos têm o dever de ajudar as sociedades oneradas, impedidas de ter uma vida justa ou decente regime político e social. Os direitos humanos incluem o direito à vida, embora não sejam abrangentes, pois Rawls procura respeitar a pluralidade de doutrinas. Além de liberais, também povos decentes podem integrar a sociedade dos povos. O termo se refere às sociedades não liberais que aceitam os direitos humanos e realizam consultas públicas. O dever de assistência às sociedades oneradas não se configura simples assistência financeira, nem necessariamente a sociedade que ajuda seja rica ou a onerada, pobre. Trata-se de auxiliá-las a criarem uma estrutura política que as eleve às condições de povos (relativamente) bem-ordenados. Na distribuição com equidade das vacinas, a assistência se enquadraria no atendimento ao direito humano fundamental à vida, sobre o qual todo ordenamento social se ergue. Não faz sentido prever assistência às sociedades oneradas a criarem uma cultura política justa, se o direito à vida destas populações estiver sendo negado com a retenção inadequada de vacinas contra a COVID-19 nos países ricos. Trata-se de assistência pontual, específica, não meramente financeira. A utopia realista de Rawls para uma sociedade dos povos justa pode oferecer, portanto, encaminhamentos para esta grave questão moral contemporânea: disponibilizar vacinas contra a COVID-19 para todos.

Palavras-chave: Dever de assistência; Direito dos Povos; Direito à saúde; Vacinação; John Rawls.

Reinterpretações das interpretações das Escrituras: uma releitura a partir da *desconstrução*

Patrícia de Araújo Costa

Doutoranda em Filosofia [UERJ]

Bolsista CAPES

araujopatricia@gmail.com

Resumo: G.W.F. Hegel desenvolve a Dialética, trabalho do negativo, esta não se trata de uma separação, mas de uma unificação no movimento, trabalho contínuo em se transformar a negação na negação da negação, trabalho persistente de superação, a partir de um movimento espiralado. A Dialética propicia a negação de uma figura em outra, proporcionando a superação da figura anterior em uma figura mais elevada. Hegel está preocupado com uma transfiguração. Essa transfiguração, ao invés de uma abertura, seria a marca da identidade de uma parte desse movimento, parte essa que apaga a outra parte ao proporcionar essa unificação no movimento. Trata-se de um apagamento de uma figura pela outra que se transfigura. Uma das partes no movimento dialético absorve a parte negativa e, como resultado, uma certa unidade é constituída. Com isso, há uma hierarquização entre as partes no movimento. A parte negativa é apagada ao ser absorvida pela primeira figura. Jacques Derrida aponta para essa hierarquização nesse movimento, em que o negativo seria apagado pela parte a ser negada. A saída do negativo do movimento dialético seria uma forma de combate a essa estrutura hegeliana, a negação não mais como oposição, mas como pluralidade. Este trabalho utilizará passagens da cosmogonia contida na Torá/Pentateuco (Gn 1-11) para repensar em uma autonomia do que seria a parte determinada negativa em uma certa engrenagem hegeliana. Como reinterpretar certas passagens cristalizadas a partir da pluralidade e da autonomia do “negativo”.

Palavras-chave: Dialética; *Aufhebung*; Conceito; Alteridade; Desconstrução.

Há uma dedução subjetiva das ideias transcendentais na Dialética transcendental da *Crítica da razão pura*?

Patrícia Fernandes da Cruz

Doutoranda em Filosofia [UFSCar]

Bolsista CAPES

patriciafdacruz@gmail.com

Resumo: Temos como objetivo apresentar uma interpretação sobre o que significa e qual é o lugar da *dedução subjetiva* das ideias transcendentais na Dialética transcendental, da *Crítica da razão pura*. A dedução subjetiva ou, de acordo com alguns comentadores, a dedução metafísica das ideias transcendentais está vinculada à fundamentação *a priori* da metafísica especial na própria razão e é realizada por Kant ao demonstrar que a origem dessas ideias é encontrada seguindo o “fio condutor” [*Leitfaden*] da forma lógica dos silogismos, isto é, a partir do uso lógico da razão. O tema é espinhoso e bastante enigmático, pois, se por um lado, Kant estabelece uma relação da origem das ideias transcendentais à dedução metafísica das categorias (*KrV*, A321/B377-78), por outro, ele destaca que essas ideias somente são possíveis por intermédio de uma derivação subjetiva [*subjektive Ableitung*] (*KrV*, A336/B393). Esses dois momentos parecem divergir a respeito do estabelecimento da origem das ideias transcendentais: em que medida uma derivação subjetiva é parte ou pode ser identificada a uma dedução metafísica? Os comentadores, assumindo haver uma dedução metafísica das ideias, desconsideram a afirmação explícita de Kant de que há uma derivação subjetiva. Nesse sentido, na presente comunicação, propomos tecer alguns apontamentos a respeito da convergência e da divergência na relação – ou mesmo identificação – de uma dedução metafísica e uma dedução subjetiva das ideias transcendentais.

Palavras-chave: Dedução subjetiva; dedução metafísica; ideias transcendentais; Dialética transcendental; *Crítica da razão pura*.

A Recepção Controversa de Amy Allen e Robin Celikates da Releitura Habermasiana da Psicanálise de Freud

Paula Mariana Rech

Mestranda em Filosofia [UFRGS]

Bolsista CAPES

paula.mariana.rech@gmail.com

Resumo: Jürgen Habermas, na obra *Conhecimento e Interesse* (1968), dedica-se aos estudos clínicos freudianos, buscando interpretá-los como um capítulo-chave na trajetória da reflexão filosófica dedicada aos processos de autoconhecimento subjetiva e seus bloqueios característicos. Além disso, ele utiliza a psicanálise como um modelo crítico particular, propondo sua releitura como uma forma de discurso hermenêutico dedicado à identificação de bloqueios sistemáticos no acesso às próprias experiências subjetivas e, em certo sentido, sua superação por intermédio de um método clínico que possa acessar o liame entre o processo de autoconhecimento e suas restrições sociais. Em face disso, a psicanálise representa uma peça fundamental na suplantação de entraves positivistas ao desenvolvimento da crítica do conhecimento, explicitando um tipo de “interesse emancipatório” inerente à identificação e ao transcender de patologias sociais. Esse projeto habermasiano, entretanto, não se impõe sem dificuldades. Nesse sentido, é importante mencionar a obra *Critique on the couch...* (2020), na qual Amy Allen defende a necessidade de revisar a leitura habermasiana da psicanálise. Ao focar na inteligibilidade de conteúdos simbólicos e na recomposição de relações comunicativas distorcidas, Habermas teria solidificado uma interpretação da psicanálise unilateralmente racionalista, a qual, à luz da interpretação de Allen, contrasta o projeto inicial freudiano de encontrar na psicanálise as bases para um processo com vistas a uma possível emancipação. Por motivos opostos, Robin Celikates, em *Kritik als soziale Praxis...* (2009), defende o modelo encontrado na obra habermasiana como capaz de evitar um objetivismo sociológico que ignora a autoconhecimento dos agentes, assim como os limites de uma perspectiva hermenêutica preocupada estritamente com a dotação de sentido entre agentes socialmente inseridos, sem se perguntar por suas restrições sociais. Essa controvérsia entre Allen e Celikates marca a atualidade dos debates sobre a recepção de *Conhecimento e Interesse*, revelando-se como um capítulo-chave nas rearticulações do campo filosófico no qual a obra está inserida.

Palavras-chave: Psicanálise; Hermenêutica; Autorreflexão; Patologias Sociais; Positivismo.

O papel da crítica da linguagem de Fritz Mauthner nas duas fases do pensamento Wittgensteiniano

Paulo César Oliveira Vasconcelos

Doutorando em Filosofia [UFC]

paulocesaroliveiravasconcelos@gmail.com

Resumo: A presente comunicação tem como objetivo apresentar em linhas gerais a presença da crítica da linguagem de Fritz Mauthner no decorrer do pensamento de Wittgenstein, num primeiro momento, como um contraponto no *Tractatus Logico-Philosophicus* e, num segundo momento, nas *Investigações Filosóficas*. Mauthner, crítico pioneiro da linguagem da contemporaneidade, leva os problemas envolvendo linguagem e representação ao centro da discussão filosófica. Uma vez que encarava a linguagem como uma investigação filosófica, a crítica da linguagem se confundiria com a própria atividade filosófica. Considerando a si herdeiro do empirismo britânico e adotando uma perspectiva antropológica (nominalismo) e historicista (empirismo) para a compreensão da linguagem e sua capacidade de representar a realidade, Mauthner adota postura radical ao afirmar que “há uma lacuna entre linguagem e realidade”, lacuna esta intransponível, pois distorce a percepção e engendra premissas falsas e fictícias sobre a realidade. Propõe uma compreensão da linguagem como “metáfora”, que serviria para abordar e clarificar a deformação da realidade. Assim a linguagem possui duplo papel: ela é instrumento do criticismo, nos modelos humeano e kantiano, e objeto de estudo. Admitindo-se que toda a figuração do mundo se dá na linguagem, esta seria o objeto por excelência da filosofia enquanto crítica da linguagem. Mauthner produziu uma filosofia da linguagem que levou os princípios do empirismo ao que acreditou serem suas conclusões últimas. Sua teoria parte do pressuposto pragmático que encara a linguagem como “instrumento de sobrevivência” em termos evolucionistas. Ou seja, a função da linguagem estaria vinculada não a significados de correspondência atômica entre palavra e objeto, mas a seu uso, a “ação que ela sugere ou provoca” para garantia da sobrevivência. Toda essa problemática é veementemente negada pelo programa filosófico do primeiro Wittgenstein ao propor uma teoria transcendental para a representação fundada na lógica da linguagem. Curiosamente, em seu pensamento tardio, mesmo sem referenciar o outro, o filósofo vienense passa a adotar muitas das propostas da crítica mauthniana a partir de suas concepções pragmáticas centradas na ideia de “jogos de linguagem” e da “terapêutica filosófica”.

Palavras-chave: Crítica da linguagem; Fritz Mauthner; Wittgenstein.

O lugar da consideração das Ideias Platônicas no argumento geral da obra *O mundo como vontade e representação*, de Schopenhauer

Pedro Damasceno Uchôas

Doutorando em Filosofia [UFSCar]

Bolsista CAPES

pedruchoas@gmail.com

Resumo: Pode não ser tarefa fácil localizar e definir o momento argumentativo em que Schopenhauer situa a noção de Ideia Platônica no interior da obra *O mundo como vontade e representação*, ainda que seja fundamental. É objetivo desta comunicação apresentar a maneira como tal noção pode ser compreendida como sendo uma resposta às restrições impostas pelo autor ao conhecimento científico e sua incapacidade de ir além das fronteiras do *princípio de razão suficiente*, a forma geral de todo pensar e de todo intuir. E, ainda, que as Ideias ocupam lugar importante na obra, não podendo ser diminuídas ou admitidas como confusas ou tema periférico, visto serem parte da argumentação central da obra em questão e recurso indispensável no entendimento do plano geral de *O mundo*, a saber, na visão geral e completa da realidade como vontade e representação e das objetividades mediatas e imediatas que se referem ao seu conhecimento. Durante todo o início do texto (a partir de agora mencionado como *O mundo*), o autor pretende apresentar sua teoria do conhecimento, incluindo-se a exposição do modo caracteristicamente humano de raciocinar e de produzir conceitos e juízos, deixando espaço aberto para uma discussão do lugar das ciências naturais em seu sistema de filosofia, assim como dos limites da investigação científica. Limites esses superados pelo acesso privilegiado à coisa em si e pela capacidade de um conhecimento imediato dos graus de claridade através dos quais o em si se deixa aparecer em todos os mais diversos seres do mundo.

Palavras-chave: Ideias Platônicas; Objetividade; Mundo; Schopenhauer.

Gregório Gruber: pintor da vida moderna

Rafael Lopes do Valle

Doutorando em Filosofia [UFSCar]
rafael.valle@estudante.ufscar.br

Resumo: Nesta apresentação, intentamos uma interpretação da produção artística de meados da década de 1970 de Gregório Gruber a partir da leitura de Gilda de Mello e Souza exposta no ensaio *Duas notas: João Câmara Filho e Gregório Gruber* (1983). Nosso objetivo é o de aproximar essa leitura da filósofa brasileira a *O pintor da vida moderna*, ensaio de Charles Baudelaire que advoga um novo programa estético. Assim como o crítico francês elegeu Constantin Guys como o pintor da vida moderna, Gilda de Mello e Souza teria feito o mesmo com Gregório Gruber, ao vê-lo como um intérprete da moderna cidade de São Paulo, sua musa inspiradora. A capital paulista é representada tal como ela é, sem protesto e nostalgia. A modernização da cidade revela o elemento relativo e circunstancial de que fala Baudelaire, que é aceito e transposto para a tela. Gruber incorporou a iconografia da civilização técnica, tais como os edifícios, os túneis, os carros, os postes. São Paulo é, assim, transposta pela primeira vez à tela sem máscaras. Segundo a filósofa brasileira, ainda que cidade sempre tivera os seus intérpretes, como, por exemplo, os artistas dos grupos Santa Helena e Família Paulista, estes, em sua maioria imigrantes ou seus descendentes, fugiram com seus cavaletes para bem longe do centro caótico da metrópole, realizando-se na intersecção entre campo e cidade, conservando na alma reminiscências da paisagem dos antepassados. Gregório Gruber, por sua vez, retrata uma São Paulo já consolidada como metrópole, sem tensão entre o moderno e a tradição, o que justificaria pensá-lo como um pintor da vida moderna.

Palavras-chave: Gilda de Mello e Souza; Gregório Gruber; Charles Baudelaire; arte moderna.

Nuanças do Romantismo biológico no pensamento do jovem Nietzsche

Rafael Hyertquist Bordini

Doutorando em Filosofia [UFSCar]

Bolsista CAPES

rafael.bordini@gmail.com

Resumo: A presente comunicação toma como seu objetivo examinar os “conceitos” de impulso à verdade e impulso artístico, centrais na articulação de Nietzsche no seu ensaio *Sobre verdade e mentira no sentido extramoral* (1873). O impulso artístico [*Kunsttrieb*] foi cunhado pelo filósofo e teólogo alemão Hermann Samuel Reimarus em seu *Allgemeine Betrachtungen über die Triebe der Thiere, hauptsächlich über ihre Kunst-Triebe* (1760). Ele foi empregado para descrever o instinto responsável pelo comportamento criativo de alguns animais, como aquele que leva os castores a construir represas. O termo passou a ser tomado de empréstimo por diferentes matizes. Desde Herder, Schelling, Hölderling, Humboldt, Heackel, Gerber, Wackernagel e Schiller. Ernst Heackel (1834-1919), biólogo e naturalista alemão, pensou o desenvolvimento primitivo dos organismos até a sua gradual evolução a partir de uma força plástica que leva à criação de novas formas e configurações, chamada por ele de *Kunsttrieb*. Assim, a noção é empregada pelo romantismo alemão, pelos estudiosos da linguagem do século XIX e pelos teóricos da biologia e teoria evolutiva, também do século XIX. Examinaremos o estatuto da recepção de Nietzsche às diferentes tendências no referido ensaio e, por fim, indicar como essa articulação servirá de base argumentativa para se pensar os limites do discurso e da ciência.

Palavras-chave: Impulso artístico; linguagem; ciência.

Entre *La Dissémination* e *La parole muette*: um diálogo entre Jacques Derrida e Jacques Rancière ao redor do Fedro, de Platão.

Renan Ferreira da Silva

Doutorando em Filosofia [USP]

Bolsista FAPESP

renan2.silva@usp.br

Resumo: A comunicação aqui proposta tem como objetivo efetuar uma interlocução entre os filósofos Jacques Derrida e Jacques Rancière a partir da leitura que ambos propõem do diálogo *Fedro*, de Platão, em especial do mito do nascimento da escrita presente no final do diálogo. Nossa intenção é mostrar que *La Dissémination*, obra de Derrida que reúne quatro artigos, cujas primeiras versões datam de 1968-1970, e que fora publicada em 1972, desempenha um papel enigmático em uma das primeiras obras de Rancière que versa sobre estética e poética: *La parole muette: Essai sur les contradictions de la littérature* (1998). Apesar da perceptível semelhança entre a sua leitura e aquela feita há mais de duas décadas por Derrida, Rancière curiosamente não credita o filósofo da *différance* por nenhuma das ideias presentes no texto, particularmente as de “escrita” e “democracia”. Podendo se tratar de uma dívida não reconhecida, a omissão do nome de Derrida ocorre porque, segundo alguns comentadores, ele é representado por procuração: via Maurice Blanchot. De fato, Blanchot é um alvo claro em *La parole muette*, em especial por unir à ideia de “errância” própria à escrita a noção de *désœuvrement*. Entretanto, apesar da influência blanchotiana nos escritos de Derrida, e ao contrário dessa leitura, nosso objetivo é expor a influência das ideias de “escrita” e “democracia” derridianas nos conceitos homônimos que aparecem em *La parole muette*, revelando, dessa maneira, que Rancière possui uma relação significativa e, de certo modo, matizada com a desconstrução.

Palavras-chave: Derrida; Rancière; *Fedro*; escrita; democracia.

Resistências profanas da geração que vem frente aos dispositivos midiáticos que agem para governamentalizar a vida da criança

Renata Adrian Ribeiro Santos Ramos

Doutoranda em Filosofia [UNISINOS]
renataadrian@edu.unisinos.br

Resumo: Esta comunicação objetiva apresentar alguns resultados de uma pesquisa, em curso de desenvolvimento, que investiga: de que maneiras a profanação política dos dispositivos midiáticos pode ser entendida como meio estratégico para a resistência ética da geração frente aos dispositivos midiáticos que agem para governamentalizar a vida da criança? O estudo está centrado na filosofia política de Agamben, com ênfase em escritos da segunda fase de sua produção intelectual, tais como: *O poder do Soberano e a Vida nua* (2002), *Estado de Exceção* (2004), *O Reino e a Glória* (2011), *O que é o contemporâneo e Outros Ensaio* (2009), *Elogio a profanação* (2007), *Comunidade que vem* (1993). Nas discussões, realizamos interlocuções com a filosofia de Benjamin e Nietzsche, assim como apresentamos reflexões sobre a algoritmização da vida, ancoradas na perspectiva de estudiosos, tais como Ruiz e Sadin. Com base nessas referências, refletimos sobre as ações do biopoder, dirigidas à captura da vida e governamentalização das condutas, desde a infância, considerando que, no contexto da *oikonomia* política, a vida da criança é objeto de sacrifício para a máquina do biopoder; os dispositivos midiáticos são sacralizados por meio da assinatura realizada pela secularização, assim como tudo aquilo que for consagrado ao capitalismo, o improfanável. Neste sentido de discussão, expomos que, desde a infância, os algoritmos têm sido utilizados pelo biopoder para exposição dos indivíduos à vida nua. Prosseguimos com o exame do uso da profanação política pelos dispositivos midiáticos, que, na perspectiva de Agamben, compreende o processo de dessacralização destes dispositivos e consequente retorno ao uso comum, como uma possibilidade de alcance, no jogo político, no campo do impresumível. Os primeiros resultados do estudo indicam que as estratégias profanas são: lúdicas e envolvem a discussão da potência em Agamben; apontam para a vida como regra, assim como para o uso da transparência, verdade e espontaneidade como virtudes da vida ética; podem ser utilizadas pela geração, para o enfrentamento das ações do biopoder, de suas redes que buscam capturar a vida da criança e controlar as condutas, desde a infância.

Palavras-chave: Agamben; Biopoder; Dispositivos midiáticos; Criança; Profanação.

Aristóteles e o engano na argumentação

Rodrigo Sponchiado Uemura

Doutorando em Filosofia [USP]

Bolsista CAPES

rodrigo.uemura@usp.br

Resumo: Na obra *Refutações Sofísticas* de Aristóteles, encontramos alguns indícios de uma preocupação, por parte do Estagirita, de apresentar causas que provocam o engano (*apatê*) naquele que é enganado em uma disputa argumentativa. Nas disputas argumentativas, essas causas têm como base parcial o descumprimento de diversas condições da definição de uma dedução e de uma refutação, as quais são estabelecidas no percurso do tratado. No entanto, Aristóteles parece ir além da definição e de suas condições e, com isso, expõe apontamentos sobre a existência de um possível aparato pressuposto de formulações comuns, o qual o respondedor do embate argumentativo carrega consigo para a disputa argumentativa. Esse chamado aparato pressuposto, que pode ser considerado basicamente como as causas de aparência dos argumentos aparentes, evidencia-se em formulações que viabilizam o funcionamento bem-sucedido do argumento enganoso, para além do simples descumprimento das condições de definição. De fato, sem esse aparato pressuposto, os argumentos aparentes parecem perder a sua força, a qual certamente não é desprezada no cenário grego da argumentação erística. Com isso em mente, a pergunta fundamental é a seguinte: o que são de fato essas formulações comuns que, por exemplo, o respondedor carrega para a disputa e que acabam por auxiliar o questionador sofisticado? Essas formulações precisam ser investigadas, de modo que se esclareça o que é esse aparato pressuposto e qual é a sua relação com a formulação de crenças (*hupolépseis*) daquele que argumenta. Elucidar o que é esse aparato pressuposto auxiliará o trabalho de esclarecimento do funcionamento do engano propriamente dito e como os argumentos aparentes efetivamente atuam.

Palavras-chave: Filosofia Antiga; Aristóteles; Argumentação; Epistemologia; Engano.

A posição da consciência entre a quantidade e a qualidade no *Projeto de uma Psicologia* de Freud

Samuel Estevão Vieira da Silva

Mestrando em Filosofia [UFSCar]

Bolsista CAPES

samuelestevaovs@gmail.com

Resumo: Segundo o manuscrito de Freud *Projeto de uma Psicologia*, o mundo externo consiste em grandes massas que estão em constante movimento; dele, originam-se quantidades (Qs) de enorme magnitude. Se consideramos um organismo vivo situado no mundo, temos a representação de um corpo que é estimulado incessantemente através do choque constante com as massas do mundo externo; estas são tão desmedidas que são capazes de aniquilar o organismo caso ele não desenvolva meios para se proteger dos estímulos. Tendo em vista que ser estimulado, aqui, significa receber determinado montante de Q, e que esta (a Q), ao mesmo tempo, constitui a energia armazenada pelo corpo para a manutenção de suas funções vitais, o curso de desenvolvimento do organismo segue o sentido de quebrar em pedaços as enormes Qs que o atravessam, até que atinjam a grandeza intercelular de estímulo, apropriada à atividade interna do corpo. Tal processo de quebra de quantidades realiza-se sob a determinação do “princípio da constância”, o qual exige que a quantidade armazenada no corpo permaneça no menor nível possível. Porém, visto que Freud está elaborando um esquema do aparelho psíquico, é necessário, ainda, explicar o mecanismo da consciência. O resultado desta não pode ser a quantidade, mas, sim, a qualidade. Se tomamos, por exemplo, a circunstância de satisfação da fome após a incorporação do alimento, o indivíduo guardará na memória a imagem do objeto que proporcionou a satisfação. Mas essa imagem é, inicialmente, produzida com a percepção de tal objeto, e essa percepção, sendo um estímulo que vem de fora, é recepção de Q, ou seja, um processo puramente quantitativo (de ocupação de um ou mais neurônios perceptivos). Conforme o esquema do *Projeto*, é apenas na consciência que se produz o caráter qualitativo do objeto, que assim se diferencia de outro objeto situado no mundo. Esta comunicação pretende, então, explicar o problema de Freud acerca do esforço do organismo de afastar cada vez mais de si a quantidade, de modo a chegar ao ponto de, quando a quantidade está em seu máximo de interrupção, desenvolver a consciência ou, em outras palavras, a percepção de uma qualidade.

Palavras-chave: Consciência; Psicanálise; Psicologia; Freud; Filosofia da psicanálise.

Nietzsche e o teatro: os apontamentos, peças e a atualidade teatral presentes em *O Nascimento da Tragédia*

Sergio Carvalho da Fonseca

Doutorando em Filosofia [UFSCar]
sergiogent@hotmail.com

Resumo: Em sua primeira obra, o filósofo Friedrich Nietzsche utiliza seus conhecimentos adquiridos como filólogo para trazer à tona a estrutura das tragédias. Fundamentado nas críticas do comediógrafo Aristófanes contra Eurípedes, ao mesmo tempo em que questiona a problemática da racionalidade socrática na escrita desse trágico, Nietzsche cria, também, um modelo de poética teatral antiaristotélica. Em ambos, nas peças de Eurípedes e na *Poética* de Aristóteles, o filósofo alemão se depara com a ausência do Uno Primordial, expressão do consenso da sabedoria entre os gregos, representado pela supressão artística dos Coros no primeiro e no descarte teórico no trato do Filósofo, que tornou o Coro apenas mais um personagem. O modelo de tragédia adotado por Nietzsche, em *O Nascimento da Tragédia*, é fundamentado principalmente em Ésquilo e, de modo secundário, em Sófocles. Distante de ser um modelo descabido para a contemporaneidade, pode-se encontrar seu eco na estrutura trágica grega em autores teatrais pós-modernos. Um deles é Wajdi Mouawad, que em sua obra *Incendies* cria uma perspectiva de Jocasta, mãe e esposa de Édipo na peça homônima de Sófocles, colocada no mundo árabe contemporâneo. Mais que um mote dramaturgicamente trágico, aquilo que Mouawad alcança são as bases da forma e conteúdo delimitados por Nietzsche. Porém, o autor de *Incendies* não se utiliza do Coro, ou da sua função como personagem defendida por Aristóteles. Isso nos leva às seguintes questões: será que ocorreu uma falha na percepção de Nietzsche acerca das estruturas trágicas? Houve uma atualização das tragédias? A voz do Coro se fez, naturalmente, presente nos frequentadores dos teatros, e não precisa mais existir? Ou ainda, há hoje tantas vozes, derivadas da forte individualização dos sujeitos ocasionada pela revolução industrial, que se tornou impossível dar voz a um único Coro?

Palavras-chave: Estética; Nietzsche; Tragédias; Coro.

Intersubjetividade na obra *O ser e o Nada*

Siloe Cristina do Nascimento Erculino

Pós-doutoranda em Filosofia [UFES]

Siloe_cristina@hotmail.com

Resumo: O filósofo francês contemporâneo Jean-Paul Sartre publicou o livro *O Ser e o Nada: Ensaio de Ontologia Fenomenológica* (1943) para demonstrar a existência da subjetividade enquanto absoluta liberdade. Em sua teoria, o homem é uma existência completamente livre para escolher o que quiser ser no mundo. Ele é o único responsável por valorar, julgar e significar a sua situação. Porém, segundo o autor, o único limitante da nossa liberdade é a existência de outra liberdade. Nosso objetivo é investigar esse embate entre as liberdades na teoria sartriana. Buscaremos demonstrar que, para o filósofo francês, nós não nos apreendemos mutuamente como subjetividades livres, do contrário, nós nos alienamos reciprocamente. O Outro nos apreende como um objeto visto (*ser-para-outro*). Seu olhar nos aliena como objetividades no mundo, atribui-nos julgamentos, significações e definições que não escolhemos. Entretanto, o jogo de ver e ser visto desenvolve-se em uma dinâmica instável. Em um segundo momento, podemos retomar nossa posição de subjetividade que olha para apreender outrem como um objeto visto no mundo. Seremos o sujeito que o faz decair para a condição de *ser-para-outro* julgado, classificado e condenado. Dessa maneira, nós somos ora presas do olhar de outrem, ora predadores de outra subjetividade. Existe um conflito perpétuo em que cada subjetividade tenta sobrepor-se a outra apreendendo-a como objetividade no mundo.

Palavras-chave: Fenomenologia; Existencialismo; Liberdade; Intersubjetividade; Conflito.

Husserl e a Possibilidade de uma Fenomenologia Asubjetiva

Tayrone Barbosa Justino Alves

Doutorando em Filosofia [UFSCar]

Bolsista CAPES

tayrone_flf@yahoo.com.br

Resumo: Para Patočka, “as *Investigações Lógicas* de Husserl iniciam uma análise fundamental da objetividade no como de seus modos de aparição”, contudo, “quando os dados desta questão são formulados em *Ideias I*, é sob o quadro espantoso do idealismo transcendental”. Podemos notar, de uma só vez, que aos olhos do filósofo tcheco a fenomenologia de Husserl indica um grande avanço. Porém, a retomada desta investigação possui problemas, uma vez que, para Patočka, o quadro geral de *Ideias I* retoma um subjetivismo que, ao fim, falseia o campo fenomenológico fundamental. Ainda segundo Patočka, a tarefa da fenomenologia é trazer à claridade as leis e condições do campo fenomenal, isto é, a estrutura que permite que algo como um aparecer seja possível, que autor chama de fenomenologia asubjetiva. O objetivo desta apresentação será esboçar as estruturas elementares da fenomenologia asubjetiva. Para tanto, nos utilizaremos das críticas de Patočka à fenomenologia husserliana, pois, a fenomenologia asubjetiva é constituída numa tripla recusa a Husserl. Em primeiro lugar, a recusa ao subjetivismo presente em Husserl, que reduz toda a estrutura do campo fenomenal a um ente específico, à consciência pura, e assim, a novidade da fenomenologia, o estudo do aparecer em sua estrutura fundamental e autônoma, fica reduzido à região dos vividos refletidos que são aparições singulares. A segunda recusa consiste em creditar a essa consciência pura a tarefa de constituir todo o campo do transcendente, ou seja, a consciência pura, aos olhos de Husserl, é o polo último de toda aparição, o “*a priori da correlação*” de tudo que pode ser dado. A terceira recusa diz respeito à própria estrutura do que é dado na aparição, a estrutura “presença-ausência”, mais especificadamente, a forma como Husserl concebe a ausência, ou o nada, nessa estrutura. Todas as recusas de Patočka miram o subjetivismo latente presente na fenomenologia de Husserl, que, segundo o filósofo tcheco, só desvirtuam a tarefa original desta disciplina.

Palavras-chave: Husserl; Fenomenologia; Subjetividade; Transcendência.

O problema da atenção à vida no pensamento de Bergson: a conversão da atenção, tornar a percepção em intuição

Warley Kelber Gusmão de Andrade

Doutorando em Filosofia [UFSCar]
wkandrade@uneb.br

Resumo: Os problemas que envolvem a correta compreensão dos processos de *atenção à vida* e da percepção estão presentes em todo o desenvolvimento da filosofia bergsoniana, bem como, a indicação por Bergson da possibilidade de uma conversão da percepção em intuição. Nesta direção, buscaremos verificar através da sua teoria da percepção a possibilidade defendida por este filósofo de que caberia à filosofia através de um trabalho de conversão da nossa percepção cotidiana, – sempre presa pelos processos de atenção à vida e, portanto, ao campo estrito da ação –, em intuição, no sentido que esta palavra tem nesta filosofia, isto é, enquanto possibilidade de acesso ao real em mudança e movimento. Percorreremos dentro da filosofia bergsoniana as ideias e conceitos que sustentam esta tese, bem como, procuraremos sua validade e amplitude. Para tanto, dialogar com a arte e os detalhes de sua produção, pois ela é indicada por Bergson como um exemplo desta possibilidade de conversão. Haveria um meio para escaparmos dessa prisão que condiciona nossa visão do real? A filosofia bergsoniana propõe uma rota de fuga para escaparmos das garras de uma vida voltada apenas para a sobrevivência? Será possível “voltar à percepção, conseguir dela que se dilate e se estenda?”. Essas serão algumas das questões que esta comunicação pretende abordar.

Palavras-chave: Percepção; Intuição; Atenção à vida; Conversão.

Algumas observações sobre Bergson e Winnicott

Yago Antonio de Oliveira Morais

Doutorando em Filosofia [UFSCar]

Bolsista FAPESP

yagomorais@estudante.ufscar.br

Resumo: Há uma concepção de tempo na psicanálise de Donald Winnicott que é fundamental para entendermos o processo de amadurecimento de uma personalidade. Trata-se de uma temporalidade baseada na continuidade, um desenvolvimento progressivo que abarca a noção de sucessão de fases. Para Winnicott, o desenvolvimento emocional de um indivíduo não é constituído por meio de rupturas, mas pode ser caracterizado por *estágios sucessivos*. Inicialmente, o bebê é considerado dependente do “colo da mãe” e do ambiente ao qual ele faz parte (estágio de *dependência absoluta*), passando, posteriormente, a adquirir condições para caminhar em direção à independência. A passagem desses estágios — que pode se dar de um modo saudável ou não — é explicada por meio de uma relação de *continuidade*, situação em que o ambiente desempenha um papel fundamental. Quando há um desajuste entre a mãe e o bebê, isto é, um ambiente nocivo, compreende-se que a interrupção no desenvolvimento da personalidade deste se torna irreversível. A teoria de Winnicott propõe que a personalidade está em vias de se fazer, portanto, nunca sendo inteiramente alcançada e realizada no ser humano. No entanto, sua psicanálise pretende ser capaz de tratar o sofrimento humano, em seus diversos níveis, dando conta de patologias graves. O modo de tratamento oferecido por essa vertente psicanalítica passa por uma compreensão de tempo que guarda semelhanças com a filosofia de Bergson, que tratou de repensar a noção de tempo a partir de um diálogo com as ciências. A noção de *duração* bergsoniana, atrelada a uma concepção de personalidade, parece se aproximar da teoria winnicottiana, uma vez que ambas enfatizam a ideia processual de tempo. Nosso objetivo com essa apresentação é tecer breves comentários sobre estes dois pensadores.

Palavras-chave: Psicanálise; Filosofia; Duração; Existência; Personalidade.

